

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Ana Carolina Maciel de Assis Chagas

**AO ENCONTRO DO INFINITO CURTO:
maternidade, escola e trabalho entre jovens de baixa renda**

Belo Horizonte

2012

Ana Carolina Maciel de Assis Chagas

**AO ENCONTRO DO INFINITO CURTO:
maternidade, escola e trabalho entre jovens de baixa renda**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: André Junqueira Caetano

Coorientadora: Alessandra Sampaio Chacham

Belo Horizonte

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C433e Chagas, Ana Carolina Maciel de Assis
Ao encontro do infinito curto: maternidade, escola e trabalho entre jovens de baixa renda / Ana Carolina Maciel de Assis Chagas. Belo Horizonte, 2012. 96f.: il.

Orientador: André Junqueira Caetano
Coorientador: Alessandra Sampaio Chacham
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

1. Maternidade. 2. Gravidez na adolescência. 3. Mães trabalhadoras. 4. Mercado de trabalho. 5. Desigualdade social. I. Caetano, André Junqueira. II. Chacham, Alessandra Sampaio. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. IV. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 396.5

Ana Carolina Maciel de Assis Chagas

**AO ENCONTRO DO INFINITO CURTO:
maternidade, escola e trabalho entre jovens de baixa renda**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais, como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Ciências Sociais.

Prof. Dr. André Junqueira Caetano – PPGCS – PUC Minas
Orientador

Profa. Dra. Alessandra Sampaio Chacham – PPGCS – PUC Minas
Coorientadora

Profa. Dra. Magda de Almeida Neves – PPGCS – PUC Minas

Profa. Dra. Paula Miranda Ribeiro – Cedeplar - UFMG

Belo Horizonte, 29 de março de 2012.

À professora Alessandra, impulso na minha partida e sustentação na minha chegada. A você, todo o meu respeito e carinho.

AGRADECIMENTOS

A produção deste trabalho só foi possível graças à presença e contribuição de várias pessoas. Em primeiro lugar, à professora Alessandra Sampaio Chacham, que sempre me incentivou a dar continuidade aos estudos. O privilégio de ser sua aluna me trouxe muito mais do que o contato com teorias e bibliografias, trouxe, acima de tudo, o desejo da luta por justiça e igualdade, trouxe exemplo de caráter, ética e solidariedade, e me permitiu chegar até aqui. Meus agradecimentos também aos demais professores, que me acolheram tão bem no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. À professora Magda de Almeida Neves, pelas ricas e precisas contribuições dedicadas ao meu trabalho. À Paula Miranda Ribeiro, por ter aceitado participar da minha banca. Também aos funcionários do curso, Ângela, Guilherme e Nelmar, que sempre me receberam sorridentes e prontos a colaborar. E, em especial, ao meu orientador André Junqueira Caetano, que ao semear as ideias e fomentar a construção deste trabalho, provocou em mim inquietudes que hoje me deixam motivada a seguir novos rumos.

Não posso deixar de agradecer ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento de Pesquisas), pela concessão da Bolsa de Estudos. E, sobretudo à pesquisa *“Projetos e Trajetórias Reprodutivas, Escolares e Profissionais de Mulheres entre 15 a 29 anos de idade em Minas Gerais: o papel da maternidade na adolescência”*, que fundamentou os estudos e reflexões deste trabalho.

À minha família e aos meus amigos, pelo acompanhamento diário. Em especial à amiga Ana Laura, que sempre me aconselhou, motivou e orientou nos momentos que mais precisei. Aos amigos do Instituto Ver, que mesmo de longe, se fizeram presentes de alguma forma. Ao João Felipe pela paciência de entender que mamãe precisava estudar; ao Danilo, a quem de fato me faltam palavras para agradecer, e na ausência delas, eu o agradeço por tudo. E como não poderia faltar, aos grandes companheiros que conheci no curso, que contribuíram não só para o meu crescimento profissional e pessoal, mas também fizeram com que as aulas fossem um tanto quanto mais “animadinhas” e especiais. À Deus por tudo isso.

RESUMO

Esta dissertação procurou investigar a relação entre a experiência da maternidade na adolescência, a escolarização e a inserção no mercado de trabalho, entre adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade que residem em domicílios urbanos com renda per capita mensal inferior a 1,5 salários mínimos em três municípios de tamanho médio de Minas Gerais – Betim, Teófilo Otoni e Varginha. Pressupõe-se que a maternidade antes dos 20 anos, esteja associada a um padrão reprodutivo específico deste subgrupo populacional, que acaba por configurar trajetórias educacionais e laborais precárias e intermitentes. A metodologia adotada contou com a análise estatística de dados provenientes da pesquisa “Projetos e Trajetórias Reprodutivas, Escolares e Profissionais de Mulheres entre 15 a 29 anos de idade em Minas Gerais: o papel da maternidade na adolescência”, cujo objetivo foi analisar o papel da maternidade na adolescência e sua influência na vida familiar, escolar e laboral das adolescentes e jovens de baixa renda, entre 15 e 29 anos, residentes em áreas urbanas de Minas Gerais, bem como as interfaces desses processos com os serviços públicos de educação, proteção social e planejamento familiar. Verificou-se que a maternidade na adolescência tem forte associação com baixos níveis educacionais e um impacto negativo no potencial de ascensão profissional e logo, econômica, da jovem. Entre mulheres de baixa renda, independente do município em que residem, sendo programado ou não, o nascimento de um filho afeta a trajetória de vida da jovem mãe de maneira mais danosa e permanente, reduzindo suas chances de completar sua escolaridade, até mesmo de terminar o ensino médio, e logo, de se ter uma inserção não precária no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Maternidade na adolescência. Gênero. Mercado de trabalho. Educação. Desigualdade social.

ABSTRACT

This dissertation aimed to investigate the relationship between the experience of experience of adolescent motherhood with educational levels and a precarious insertion in the labor market, among adolescent and young women between 15 to 29 years of age, residents in household located in urban area, with a monthly income per capita below 1,5 minimum wages in average, in three medium sized cities in the state of Minas Gerais – Betim, Teófilo Otoni e Varginha. We had as a hypothesis that motherhood before the twenty years of age is associated to a reproductive pattern specific to this population subgroup in general that helps to engender precarious and intermittent educational and labor trajectories. The methodology adopted was a statistical analysis of data from a survey that was a part of the research “Professional, Educational and Reproductive Projects and Trajectories of Young Women between 15 to 29 years old in Minas Gerais: the role of adolescent motherhood. This research had as objective to analyze the role of the experience of motherhood during adolescence and its influence in the family life and in the educational and work trajectories of low income adolescents and young women, between 15 and 29 years old, residents in middle sized urban areas in the state of Minas Gerais, as well as these processes interfaces with public services in education, social welfare and family planning. Our analysis of the data indicated that the experience of motherhood as an adolescent has a strong association with lower educational levels and a negative impact in the potential to professional growth, and consequently, in the young woman’s income levels. Among low income young women, independently of the municipality where she lives, the birth a child during pregnancy, planned or not, has a pernicious and lasting effect in the life trajectory of the young mother, reducing her chances of completing her education, finish high school and diminishing her chances to have a less precarious insertion in the labor market.

Key words: Adolescent Motherhood, Gender, Labor Market, Education, Social inequality.

LISTA TABELAS

Tabela 1 - População total, população urbana e receita dos municípios de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2009, 2010.	62
Tabela 2 - Finanças municipais, renda e pobreza em Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2003, 2008, 2009.	63
Tabela 3 - Características gerais dos domicílios e da população de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2010.	65
Tabela 4 - Perfil demográfico por sexo e grupo quinquenal, em Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2010.	65
Tabela 5 - População de mulheres residentes, entre 15 e 49 anos, por grupo quinquenal, em Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2010.	66
Tabela 6 - Educação e Saúde em Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2009/2010.	68
Tabela 7 - Proporção de nascimentos cujas mães tinham menos de 20 anos de idade, em Betim, Teófilo Otoni e Varginha/MG. 1999-2009.	69
Tabela 8 - Características socioeconômicas e demográficas de adolescentes e mulheres jovens, de 15 a 29 anos, moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2011.	72
Tabela 9 - Características socioeconômicas e demográficas de adolescentes e mulheres jovens, de 15 a 29 anos, moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2011.	76
Tabela 10 - Principais características dos parceiros de adolescentes e mulheres jovens, de 15 a 29 anos, moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2011.	77
Tabela 11 - Trajetória reprodutiva de adolescentes e mulheres jovens, de 15 a 29 anos, moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2011.	79
Tabela 12 - Trajetória escolar entre adolescentes e mulheres jovens, por grupos etários, moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2011.	80
Tabela 13 - Trabalho doméstico e assalariado entre adolescentes e mulheres jovens, por grupos etários, moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2011.	81
Tabela 14 - Conjugalidade e reprodução entre adolescentes e mulheres jovens, por grupos etários, moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2011.	82
Tabela 15 - Características socioeconômicas do comportamento sexual e reprodutivo de adolescentes e mulheres jovens, de 15 a 29 anos, moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2011.	85

Tabela 16 - Comportamento sexual e reprodutivo segundo as características da atividade remunerada exercida pelas adolescentes e mulheres jovens moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2011.....87

Tabela 17 - Trabalho doméstico não remunerado entre adolescentes e mulheres jovens, de 15 a 29 anos, moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/ Minas Gerais. 2011.....88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Maternidade até 19 anos, em Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2009.....	68
Gráfico 2 - Renda e Maternidade até 19 anos de idade, em Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2009/2010.	70

LISTA DE SIGLAS

BA – Bahia

CSPRO – Census and Survey Processing System

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FJP – Fundação João Pinheiro

GRAVAD – Estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil

HIV/AIDS – Human Immunodeficiency Virus

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana

ISS – Imposto sobre Serviços

ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Intervivos

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNDS – Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares

RJ – Rio de Janeiro

RS – Rio Grande do Sul

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SINASC – Sistema de Informações de Nascidos Vivos

SPSS – Statistical Package for Social Sciences

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
2 MULHERES, FAMÍLIA E TRABALHO NO BRASIL.....	28
2.1 A socialização do gênero e a perspectiva das mulheres.....	29
2.2 A inserção ocupacional das mulheres: da década de 1970 aos dias de hoje	31
2.3 A ocupação dos sexos e o sexo das ocupações: um tradicionalismo moderno ou uma modernidade tradicional?	34
3 MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA E TRAJETÓRIAS DE VIDA	45
3.1 Maternidade, escola e trabalho: como se compõem?	52
3.2 A modernidade truncada: um novo tempo, os mesmos problemas.....	54
4 MATERIAIS E MÉTODOS	58
4.1 O contexto da pesquisa: principais referências da população em estudo	60
5 RESULTADOS.....	71
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS.....	93

1 INTRODUÇÃO

O comportamento assumido pelos indivíduos, em diferentes esferas de suas vidas, guarda uma íntima relação com o estrato social ao qual pertencem. Neste campo de investigação, o presente trabalho pretende examinar a relação entre a experiência da maternidade, a escolarização e a inserção no mercado de trabalho, entre adolescentes e jovens de 15 a 29 anos de idade que residem em domicílios urbanos com renda per capita mensal inferior a 1,5 salários mínimos em três municípios de tamanho médio de Minas Gerais – Betim, Teófilo Otoni e Varginha. O objetivo é investigar quais são as interfaces da maternidade na adolescência com a trajetória escolar e no mercado de trabalho dessas mulheres, com ênfase nos diferenciais entre os grupos etários quinquenais de 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos. Levando-se em consideração o que foi tecnicamente definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), considera-se gravidez e maternidade na adolescência aquela que ocorre até os 19 anos de idade.

Pressupõe-se que a maternidade na adolescência está associada a um padrão reprodutivo específico deste subgrupo populacional, já que nos estratos mais pobres, há uma tendência de se iniciar e terminar mais cedo a vida reprodutiva. Dado o contexto social – áreas mais pobres e socialmente mais vulneráveis – essa é uma trajetória que, apesar de considerada problemática, acaba sendo naturalizada entre estes grupos.

Segundo pesquisa multicêntrica sobre gravidez na adolescência (GRAVAD), realizada entre 1999 e 2002 em Porto Alegre (RS), no Rio de Janeiro (RJ) e em Salvador (BA), entre jovens de 18 a 24 anos, a prevalência e as consequências desse evento variam muito de acordo com o estrato socioeconômico das jovens, sendo que nas camadas com renda mais baixa também são maiores as chances de interrupção da carreira escolar, além de uma trajetória no mercado de trabalho mais precária e intermitente (HEILBORN, 2006). Outra pesquisa, realizada em 2006 em uma favela de Belo Horizonte, concluiu que em geral, quando as adolescentes engravidam, já estão fora da escola ou a abandonam logo em seguida. Estas são as que possuem o menor grau de inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, a formação de família e a maternidade são eventos desejáveis. É manifesto, no discurso dessas adolescentes e jovens, que um filho muitas vezes é um plano de vida, em substituição a outros tipos de projetos, pois intuem serem baixas as

chances de mudanças para pessoas com baixa escolaridade e qualificação profissional (CHACHAM *et al*, 2007).

Diferente dos estratos mais pobres, nas camadas de maior renda, observa-se um padrão reprodutivo similar ao encontrado na Europa, com o adiamento do primeiro filho para idades mais avançadas, não raro depois dos trinta anos. No entanto, apesar de não terem o mesmo leque de oportunidades, seja em relação à educação, seja em relação ao mercado de trabalho, as jovens mais pobres também idealizam uma trajetória de vida padrão classe média, que foi disseminada e incorporada pela população em geral. Essa ilusão de classe deve-se ao fato de que é a classe média que se apropria do capital cultural como base de seu privilégio social. O capital cultural nas suas diversas formas é a base do funcionamento do mercado e do Estado sob a forma de conhecimento técnico e útil, para uma inserção privilegiada no mercado de trabalho, principalmente (SOUZA, 2010).

Entre os jovens, a trajetória que é então idealizada, é a conclusão do ensino médio, o ingresso no ensino superior e logo no mercado de trabalho, e por fim, a formação de família. A interdição dessa trajetória é, independente do contexto social, considerada problemática, na medida em que, apesar de serem alternativas desejáveis, a maternidade ou a formação de família, não são apenas opções, não raro são as únicas opções, ou seja, é o que resta na vida dessas jovens. As estruturas que articulam e dão sentido às atitudes e comportamentos e as alternativas de vida disponíveis para as adolescentes e jovens de baixa renda e maior vulnerabilidade social são elementos chaves no delineamento de suas metas e projetos de vida em relação à educação, trabalho e formação de família. Por mais que almejem a supracitada trajetória idealizada, as intenções colidem com as oportunidades e experiências reais.

Esta dissertação analisa o caso de residentes em áreas urbanas de três municípios mineiros de tamanho populacional médio. São eles Teófilo Otoni, representando os contextos urbanos não metropolitanos de regiões pobres, Varginha, representando as realidades urbanas não metropolitanas mais industrializadas e economicamente mais dinâmicas e, por fim, Betim, representando o contexto urbano metropolitano mais dinâmico. A razão de se estudar três contextos urbanos distintos se deve ao pressuposto de que, assim como outros aspectos tais como a composição familiar e as oportunidades objetivas, o aprendizado de gênero também difere caso a caso. Dessa forma, a socialização

para os cuidados domésticos e para a maternidade, entre as crianças do sexo feminino, desde tenras idades será um traço definidor das relações de gênero futuras, gerando assimetrias mais ou menos severas, dependendo de cada um dos fatores atuantes em cada contexto, que, associadas às exigências da formação de família, engendram obstáculos substantivos para a consecução dos estudos das adolescentes e jovens e, logo, para uma inserção qualificada no mercado de trabalho.

Vale chamar a atenção, com relação aos municípios pesquisados, que a maioria dos estudos sobre saúde reprodutiva entre adolescentes e jovens – especialmente sobre gravidez na adolescência – foram realizados em capitais estaduais. Dessa forma, desconhecem-se as condições em que se opera o fenômeno da maternidade na adolescência, bem como suas consequências, nos municípios de menor porte populacional e, mormente, fora das regiões metropolitanas.

Segundo Aquino *et al* (2006), contextos marcados por desigualdades sociais, nos quais os eventuais projetos educacionais e profissionais dificilmente poderão se concretizar, são também fortemente assolados pela desigualdade de gênero, com uma polarização classicamente dual de papéis femininos (maternidade e demais cuidados domésticos) e masculinos (trabalho provedor). Tendo isso em vista, a hipótese central desse trabalho é que, em relação à vida reprodutiva e às trajetórias escolares e profissionais, tão importante quanto a classe social e o arranjo familiar no qual as jovens estão inseridas, está o seu local de moradia. Mais especificamente, acredita-se que a maternidade na adolescência afeta a qualidade da inserção das adolescentes e jovens no mercado de trabalho, e que este efeito é, por sua vez, mediado pelas normas e sanções sociais tradicionais do local onde se vive, tendo em vista que, os obstáculos e dificuldades materiais, simbólicas e culturais consubstanciadas nas relações de gênero e familiares, nas redes de sociabilidade, nas oportunidades de estudo e trabalho e no conhecimento e implementação de preferências reprodutivas, são elementos que dão sentido à ação social.

Delimitando ainda mais, a hipótese desta dissertação é de que na região metropolitana, Betim, por ser mais urbanizada e logo, com valores e concepções menos conservadores, a maternidade na adolescência seja vista como um problema, enquanto nas regiões interioranas, Teófilo Otoni e Varginha, a

maternidade seja uma trajetória natural entre aquelas mulheres, por ainda terem trajetórias e perspectivas de vida mais tradicionais, sobretudo em Teófilo Otoni, por estar localizada em região mais carente do estado, o que acaba por interferir, ou se não determinar, o comportamento reprodutivo das jovens, já que, na falta de oportunidades concretas de se alcançar os projetos educacionais e profissionais, a maternidade não se apresenta apenas como um 'destino', mas também como o único projeto de vida a partir do qual as jovens mulheres tem reconhecimento social (AQUINO *et al*, 2006).

Esta dissertação utiliza dados provenientes da pesquisa *Projetos e Trajetórias Reprodutivas, Escolares e Profissionais de Mulheres entre 15 a 29 anos de idade em Minas Gerais: o papel da maternidade na adolescência*, cujo objetivo é analisar o papel da maternidade na adolescência e sua influência na vida familiar, escolar e laboral das adolescentes e jovens de baixa renda, entre 15 e 29 anos, residentes em áreas urbanas de Minas Gerais, bem como as interfaces desses processos com os serviços públicos de educação, proteção social e planejamento familiar.

Foram aplicados 150 questionários, nas áreas urbanas, de cada um dos três municípios pesquisados. Os setores censitários nos quais foram realizadas as entrevistas, no período de junho a agosto de 2011, foram sorteados aleatoriamente entre setores cuja renda média do/a responsável pelo domicílio não fosse superior a 1,5 salários mínimos de acordo com o recenseamento de 2000. Os municípios de abrangência da pesquisa foram selecionados de forma a representarem contextos urbanos diversos, de cidades de tamanho médio.

A pesquisa contou com a aplicação de questionário pré-codificado a partir do qual se buscou levantar dados para delinear e analisar comparativamente as trajetórias de vida das jovens que tiveram e das que não tiveram filho antes dos vinte anos de idade, trabalhando, sobretudo, com as dimensões reprodutivas, arranjos familiares, trajetórias escolares e de mercado de trabalho, valores e percepções sobre sexo, casamento e relações de gênero, e, por fim, conhecimento e acesso a métodos contraceptivos. O banco de dados foi construído utilizando-se programa CSPRO (*Census and Survey Processing System*). Foram realizadas análises bivariadas de associação, utilizando o pacote SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*). Além disso, foram também comparadas mulheres mães e não mães, de diferentes grupos etários, controlando-se pelo município de residência.

Para realizar as análises recorreremos à exposição de tabelas de frequências e tabelas de contingências (dupla entrada de variáveis). Primeiro foram elaboradas as tabelas descritivas, utilizando-se as frequências em números absolutos e percentuais, para se fazer a apresentação socioeconômica e demográfica dos domicílios e das jovens entrevistadas. Para as tabelas de contingências com cruzamentos de duas variáveis, procedemos com o uso de testes de hipóteses não-paramétricos, adequados à interpretação destas tabelas, como os testes Qui-quadrado e o coeficiente V de Cramér (LEVIN; FOX, 2004).

Para que este trabalho pudesse cumprir os objetivos enunciados, a dissertação está estruturada em seis capítulos. O segundo e o terceiro são dedicados à revisão da literatura, discutindo a composição mulheres, família e trabalho no Brasil, dando destaque especial à socialização e desigualdade de gênero e às especificidades da realidade das mulheres jovens, sobretudo das jovens mães. No terceiro são feitas a apresentação e a discussão da metodologia utilizada, bem como são apresentadas as principais referências da população em estudo. No quarto capítulo são apresentados os dados, no quinto os resultados, e por fim, as considerações finais.

2 MULHERES, FAMÍLIA E TRABALHO NO BRASIL

Quando nos reportamos à realidade das mulheres que participam do mercado de trabalho e que precisam conciliar essa atividade com a vida familiar, nos voltamos para a importância de descortinar esse cenário, que diferente do que pensa o senso comum, de que a mulher se igualou ao homem no que se refere à questão laboral, tal igualdade entre os sexos é uma questão mais complexa, que ultrapassa os limites da formalidade e se faz presente, sobretudo, na esfera doméstica. A diferenciação de gênero no mercado de trabalho ainda reflete em grande medida, uma reprodução do universo familiar.

Estar dividida entre a carreira e a família continua sendo uma das principais causas da desigualdade profissional entre homens e mulheres, o que não coloca em desuso o ditado popular “o mundo é a casa dos homens e a casa é o mundo das mulheres”, principalmente quando se trata de uma conjuntura específica, foco da atenção deste trabalho, que são as mulheres mais pobres, já que o inegável peso dos constrangimentos econômicos faz com que as possibilidades sejam mais incertas e distancia as soluções alternativas que poderiam ajudar na conciliação entre família e trabalho. Assim, a desigualdade de gênero se reproduz dentro e fora de casa, e a “saída mais fácil” é abrir mão da carreira ou se submeter a uma inserção laboral precária.

Para iniciar a discussão a que este trabalho se propõe, o presente capítulo tem como objetivo situar como se compõe o triângulo mulheres, família e trabalho, fazendo uma breve retrospectiva histórica e apontando suas implicações no contexto atual. Para tanto, será feita uma discussão em torno do aumento da participação feminina no mercado de trabalho a partir da década de 1970, e atrelada a essa discussão, será abordada a temática dos papéis de gênero (na esfera doméstica e laboral) e das tradições familiares intergeracionais, procurando investigar seus nexos com as diferentes trajetórias de entrada na sexualidade e com os possíveis eventos reprodutivos.

2.1 A socialização do gênero e a perspectiva das mulheres

Embora perpassasse e seja estabelecido como uma análise histórica de diversas áreas do conhecimento, o conceito de gênero às vezes parece no máximo indicar as diferenças encontradas entre homens e mulheres quanto à sua biologia. Então, antes de seguir na análise do que seja gênero, é importante fazer algumas ressalvas, pois o conceito tem sido usado tanto como categoria de análise, quanto de militância política.

Maia (2007) coloca que dentro do movimento feminista, gênero é um instrumento político importante para dar visibilidade e valorização à experiência das mulheres. Já o gênero como categoria de análise, em contrapartida, diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres, sendo então produzido discursivamente a partir de noções socialmente construídas do masculino e do feminino. Neste contexto é importante lembrar que a categoria deve estar ligada a outras formas de distinção, tais como classe, etnia, família, geração, etc.

Historicamente, umas das primeiras formulações teóricas em direção à compreensão do que mais tarde se torna o conceito de gênero, é de Gayle Rubin (1975), que em seu texto, *Tráfico de Mulheres*, considerado um trabalho pioneiro e marcante neste campo de estudos, define o sistema de sexo/gênero como “um conjunto de arranjos através dos quais, a sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana”. Ou seja, o masculino e o feminino, como construções culturais subjetivas. No entanto, o que a análise de Rubin não considerou, são as indissolúveis interseções do gênero com outros marcadores sociais das diferenças, que também posicionam os sujeitos em determinados lugares, determinadas situações conjunturais e biográficas.

Scott (1991), buscando transformar o gênero em uma categoria de análise social útil e aplicável a todas as sociedades, vai além de Rubin defendendo uma ideia mais ampla do conceito, e será portanto a principal referência do conceito neste trabalho, já que a autora incluiu em sua categoria, além dos sistemas de parentesco, o mercado de trabalho (sexualmente segregado), a educação (enquanto uma instituição socialmente masculina), as doutrinas religiosas, científicas e jurídicas, e ainda o sistema político e econômico. Scott então busca sinalizar como e porque as relações entre os sexos são construídas de forma desigual, privilegiando o masculino, dizendo por fim que gênero:

[...] tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1991, p.13).

Por essa perspectiva, que por sua vez será a perspectiva balizadora deste estudo, daremos ênfase à discussão do gênero enquanto um processo de socialização, por acreditarmos que a aprendizagem de certos comportamentos de acordo com determinados organismos sociais, funcione como um fio condutor na trajetória sexual e reprodutiva das mulheres, que acaba culminando em desigualdades que não são fruto das diferenças biologicamente determinadas, mas sim culturalmente produzidas, dando especial respaldo à dominação masculina, já que em quase todos os lugares as mulheres tem a responsabilidade diária de cuidar das crianças, dos maridos e dos parentes mais velhos, enquanto os homens tem obrigações menos regulares e mais baseadas em laços extra-familiares, sobre as quais as mulheres não sancionam.

São então fruto de um processo de padronização das expectativas de categorias como macho e fêmea, masculinidade e feminilidade, atividade e passividade, que acabam sendo uma bússola do comportamento social. E nesse cenário, em que os modos de agir são claramente designados a cada um dos sexos, a maternidade é um componente muito valorizado dentro do espectro de expectativas criadas em torno do papel da mulher. Nesse sentido é que a antropóloga feminista Michelle Rosaldo (1995), foi além da discussão *biológico x cultural*, e propôs a distinção *público x doméstico*, que seria derivada do fato de as mulheres engravidarem, gestarem, terem o parto e necessitarem amamentar, o que as manteria ocupadas com a criação da prole e afastadas do âmbito das atividades públicas, de poder e atuação, assim como de controle e regulação social, o qual acabava sendo tomado pelos homens, livres das imposições “naturais” e biológicas relegadas às mulheres. A autora estabeleceu então que “gênero, em todos os grupos humanos, deve ser entendido em termos políticos e sociais, com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social” (ROSALDO, 1995, p.22).

No mesmo sentido, Teresita de Barbieri (1993), define as relações de gênero como:

O conjunto de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir das diferenças sexuais anatômicas e fisiológicas e que dão sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à reprodução da espécie humana, e, em geral ao relacionamento entre as pessoas (BARBIERI, 1993, p.5).

Em sua definição, Barbieri (1993) levanta também outro importante ponto a ser destacado, referindo-se ao caráter múltiplo das relações de gênero, que além de estarem presentes em diferentes espaços sociais, nem sempre se apresentam com roupagem de autoridade, sendo, não raro, confundido com sentimentos de afeto, ternura e amor. Esse ponto parece central nessa discussão, pois nos leva a pensar “que a dominação masculina é uma violência simbólica que se exerce sobre um agente social com o seu consentimento, já que está tão profundamente arraigado, que não requer justificativas; se impõe como evidente e é tomado como natural” (BOURDIEU *apud* LAMAS, 1999, p. 161).

Fato é que, seja a partir de um discurso biológico de sexualização das relações, seja pelas expectativas sociais criadas em torno do sexo feminino e masculino, as mulheres estão, de acordo com Lamas (1999), designadas a posições sociais inferiores, tipificando binariamente e arbitrariamente as posições que cabem aos homens e às mulheres, seja na esfera pública, seja na privada.

A despeito dessas desigualdades, de modo geral, a participação da população feminina no mercado de trabalho tem, desde a década de 1970, apresentado significativos avanços, porém, como veremos a seguir, ainda se constata um forte desequilíbrio entre homens e mulheres no que concerne à inserção produtiva, além de vários outros fatores que ainda reforçam um paradigma sócio-cultural criado em torno de expectativas distintas de papéis que cabem a homens e mulheres enquanto atores sociais.

2.2 A inserção ocupacional das mulheres: da década de 1970 aos dias de hoje

O gradativo aumento da participação feminina no mercado de trabalho no mundo ocidental é fruto de mudanças culturais e sociais que vem ocorrendo desde o pós-guerra. Neste período elas precisaram romper as convenções, que até então ditavam que o marido deveria ser o provedor do lar, e passaram a assumir o papel do mesmo dentro de suas famílias; em primeiro lugar porque eles se ausentaram quando foram para as frentes de batalha, em segundo, porque muitos não

retornaram e outros retornaram impossibilitados de participarem do mercado de trabalho, deixando o cuidado do lar e dos filhos sob a responsabilidade da mulher.

Entretanto, no caso do Brasil, foi a partir da década de 1970 que esta participação se intensificou ainda mais, com os chamados *milagre econômico* (1968-1973) e *marcha forçada* (1974-1979), que impulsionaram a economia brasileira e trouxeram para a cena a mão de obra feminina como condição *si ne qua non* desse processo, pois ela se constituía, assim como nota Brumer (1988), como um exército de reserva, ao qual se destinavam funções subalternas, que exigiam um menor nível de especialização e logo, menores salários. Além das mudanças econômicas, transformações de ordem cultural/institucional também foram de fundamental importância para uma maior inserção da mão de obra feminina na força de trabalho, como por exemplo, a crise do patriarcalismo e dos modelos familiares de reciprocidade, a diminuição do tamanho das famílias (como consequência do crescente uso de anticoncepcionais e logo, da possibilidade de se fazer planejamento familiar), o aumento da dependência dos filhos em relação aos seus provedores, a diminuição das taxas de natalidade, o aumento do número de divórcios e de uniões consensuais, o processo de individualização, o advento de alguns valores de gênero modernos (que vem democratizando o papel da mulher na vida pública), a democratização dos Estados em si, entre outros fatores.

Diante desses diferentes contextos, a inserção laboral da mulher segue tendências do mercado de trabalho (padrão de absorção de mão de obra em um dado momento), mas também é fruto de operações subjetivas, no sentido de uma mudança de valores que caminha para o desejo de realização pessoal e profissional, além da necessidade de sobrevivência dela e da própria família. É importante lembrar que a partir do momento que a mulher participa das atividades econômicas, ela atua com mais força dentro do grupo familiar, sobretudo tendo direito a certa barganha intradomiciliar.

Nas últimas décadas a economia também passou por profundas transformações (situações de crise), que além de contribuírem para um aumento da inserção ocupacional feminina, também passou a exigir dos trabalhadores uma maior qualificação profissional. Foi neste cenário que o desemprego aumentou e a informalidade chegou a representar praticamente a metade dos postos de trabalhos urbanos criados no período.

O desemprego atingiu homens e mulheres de forma diferenciada. No caso masculino o que aconteceu foi um fechamento dos postos de trabalho (sobretudo nas indústrias), no caso feminino, o grande causador do desemprego foi o inflacionamento da oferta de mão de obra, já que o aumento do desemprego entre os homens impulsionou uma maior participação da mulher no mercado de trabalho a fim de garantir a sobrevivência da família. Vale ressaltar que todos esses acontecimentos se dão de forma diferenciada entre diferentes classes sociais e arranjos familiares, sendo que as mulheres mais jovens, responsáveis pelos domicílios e com maior nível de escolaridade, são as que mais procuravam e procuram atividades remuneradas.

Após as crises econômicas das décadas de 1980 e 1990, a economia mundial voltou a “respirar”, no entanto não prejudicou o espaço conquistado pela mulher no mercado. Ocorreu de fato uma transformação na “vida sexual do trabalho”, seja na produção social ou material, seja no âmbito público ou privado. Porém os homens não aumentaram sua participação nas atividades domésticas na mesma proporção e isso tem levado as mulheres a uma dupla jornada: o trabalho dentro e fora de casa. Além disso, as mulheres também são ainda mais prejudicadas quanto aos tipos de ocupação que exercem, que estão mais concentradas em atividades precárias e desprotegidas por lei.

Em pesquisa realizada em Belo Horizonte, intitulada *Autonomia e Vulnerabilidade na Trajetória de Vida de Mulheres Jovens das Camadas Médias e Populares na Cidade de Belo Horizonte*, Chacham et al (2007) nos mostram o baixo nível de ocupação feminina encontrado. Apesar de terem um nível de escolaridade relativamente alto, 9 anos em média, apenas 26% possuía trabalho remunerado regular. Entre as que trabalhavam, mais de 70% exercia atividades de baixa qualificação (trabalhos domésticos, cabeleireiras/manicuras, caixas, vendedoras e algumas poucas secretárias e recepcionistas). A média de remuneração era de menos de 1 salário mínimo. Já entre os parceiros dessas jovens, havia uma proporção maior de ocupados (76%), em uma diversidade de ocupações bem maior e melhores salários.

Além das dificuldades macrosociais (condições econômicas e mercado de trabalho) e microsociais (atributos familiares), a temática da inserção educacional também é de suma importância para se pensar na trajetória laboral das mulheres. Como já foi dito anteriormente, a qualificação profissional, que se dá sobretudo

através da formação escolar continuada, é fundamental para determinar o tipo de ocupação exercida no mercado.

Nesse contexto, ainda de acordo com a pesquisa supracitada, os autores ressaltam que quando perguntadas sobre planos futuros, as adolescentes (15 a 19 anos) diziam desejar completar o Ensino Superior e obter uma ocupação também nesse nível. Contudo os dados mostram que essa é uma possibilidade remota, já que a grande maioria encerra as atividades educacionais ao concluírem o Ensino Médio. E entre o grupo de jovens (20 a 24 anos), o terceiro grau e uma ocupação melhor no mercado de trabalho, não eram sequer um plano. A maioria almejava apenas um emprego que rendesse o suficiente para sustentar os filhos. Esse cenário nos traz dois pontos importantes a serem discutidos: o primeiro se refere à realidade da baixa qualificação profissional e logo de precarização no mercado de trabalho; o segundo diz respeito ao choque de realidade existente entre os grupos etários.

Nesse sentido, a qualidade da inserção ocupacional feminina depende de vários fatores. Para não ter um trabalho precarizado o ideal é que exerça atividades de posições médias ou superiores, que tais atividades sejam formais e resguardadas por lei, que não haja diferenciação por sexo, cor da pele ou idade entre indivíduos igualmente escolarizados, e que haja compatibilidade entre a qualificação que se tem e o cargo que se exerce. Do ponto de vista da família é necessário que a mulher que esteja trabalhando não tenha que sobrepor sozinha às tarefas domésticas e de cuidado com os filhos, pois a dupla jornada pode implicar muito claramente em barreiras à estabilidade e permanência no mercado de trabalho.

2.3 A ocupação dos sexos e o sexo das ocupações: um tradicionalismo moderno ou uma modernidade tradicional?

A inserção da mulher no mercado de trabalho é um fenômeno intrinsecamente relacionado à divisão sexual do trabalho, que compreende um *ethos* de separação entre tarefas masculinas e femininas (diferenciação e hierarquização). Historicamente, aos homens são atribuídas as tarefas remuneradas (o homem como provedor) e às mulheres as tarefas domésticas, realizadas no espaço privado (GOUVÊA; CAMURÇA, 1997). No entanto, as significativas transformações ocorridas desde meados do século XX, tem ampliado os espaços de igualdade na divisão de tarefas por sexo.

Segundo Bourdieu (2007), a principal transformação está no fato de que a dominação masculina deixou de ser uma obviedade, deixou de ser indiscutível. Além disso, o aumento do acesso ao ensino secundário e superior e ao trabalho por parte das mulheres, também é um fator que contribuiu para esta quebra de paradigmas. Um terceiro fator, tal como argumentam Neto, Martine e Alves (2009), são as políticas de prestação de serviços que desfamiliarizam o trabalho doméstico feminino, como por exemplo, as creches, as escolas em tempo integral, entre outras.

Quanto a essa problemática, a da conciliação do trabalho remunerado com responsabilidades familiares, Sorj, Fontes e Machado (2007) argumentam que a despeito do processo de transformação da estrutura das famílias e do mercado de trabalho no Brasil, a qualidade da inserção feminina no mercado, sobretudo das mães, segue prejudicada, já que, como dito anteriormente, o declínio da ideia do homem como provedor não colocou em desuso o fato das mulheres permanecerem em grande medida, responsáveis pelos cuidados da família.

Isso nos mostra que o pensamento de gênero tradicional e as estruturas da divisão sexual do trabalho, continuam definindo a direção das transformações. Neto, Martine e Alves (2009) ressaltam que evidência da segregação ocupacional por sexo reside no fato de que, mulheres com os mesmos atributos produtivos dos homens, recebem salários menores que estes. E para além da discriminação salarial, por mais que alcancem o mercado de trabalho, as mulheres se encontram relegadas a funções de prolongamento das funções domésticas – como ensino, cuidado e serviços –, encontram barreiras para ascenderem a cargos de mando e autoridade e, ainda cabe aos homens o monopólio dos trabalhos técnicos e das máquinas, o que Montali (2000a) denominou *sexualização de ocupações*. É necessário ressaltar que o tipo de trabalho define a remuneração e a remuneração define a possibilidade do poder de barganha.

Quanto às famílias de baixa renda, o cenário é ainda mais delicado, tendo em vista que o baixo desenvolvimento dos serviços coletivos penaliza mais fortemente aqueles que não podem arcar com creches, pré-escolas e escolas de tempo integral, como um arranjo alternativo de cuidado com os filhos enquanto os pais estão no local de trabalho. Além desses serviços, o tipo de inserção no mercado também é uma variável de suma importância, na medida em que licenças do trabalho ou regulação do tempo do mesmo (sem custos econômicos) são coberturas importantes

que deveriam ser oferecidas a todos os cidadãos, com vistas à possibilidade de conciliação entre família e trabalho (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007).

Então, a inserção ocupacional da mulher está condicionada não só pela estruturação do mercado de trabalho, mas também pela organização familiar. Dessa forma, na medida em que a inserção laboral depende da disponibilidade diante do mercado e das barreiras encontradas diante de um trabalho, as mulheres que exercem a não rara dupla jornada (dentro e fora de casa) ficam claramente prejudicadas, na vida pessoal e profissional.

É nítido que uma maior facilidade ou dificuldade da mulher se qualificar e se inserir no mercado de trabalho depende da sua organização familiar. Segundo Bourdieu (1990) as famílias se constituem em grupos cujo papel é a manutenção de certos padrões de reprodução social que tendem a seguir aspectos de estrutura de classes e de sobrevivência. Em interação, membros de uma família compartilham percepções e ações socialmente construídas e aceitas, que se refletem num *habitus* inconscientemente direcionador dessas práticas e ideias. Permite-se dessa forma a circulação de um capital simbólico que se fará com o objetivo de manutenção da estrutura social, das estratégias de sobrevivência do grupo e das mudanças em curso.

Nesse processo, também é importante evidenciar o fenômeno da crise da sociedade patriarcal. Segundo Castells (2005), a família e seu tradicional modelo patriarcal tem sido questionados pela tomada de consciência e autonomia da mulher e pela transformação do trabalho feminino. Estes fenômenos foram impulsionados pelo crescimento de uma economia global, que introduziu novas formas de produção, consumo e comunicação; pelos reflexos do movimento feminista; e pelo avanço científico, que possibilitou a criação de novas tecnologias de fecundação e uso de contraceptivos.

As mudanças nas relações de gênero, por exemplo, estão diretamente associadas às possibilidades de ampliação da autonomia da mulher, seja pela possibilidade de se separar/divorciar de seu companheiro, seja pela necessidade de inserir-se no mercado de trabalho e possuir renda, ou até mesmo pelo controle que ela passa a exercer em seu próprio corpo. Do ponto de vista da relação família-trabalho, ocorreram rearranjos familiares de inserção ocupacional na década de 1990, como resultado, sobretudo, do desemprego dos principais mantenedores da família.

A essas mudanças na economia, se convencionou chamar *reestruturação produtiva*, que significou a substituição do modelo produtivo fordista e a desregulamentação dos direitos do trabalho, até então vigiados por um Estado fortemente intervencionista. O novo modelo produtivo avançou em torno de novas tecnologias, notadamente as de microeletrônica, exigindo dos trabalhadores maior qualificação para investidura das ocupações. A economia mundial, especialmente impulsionada por estes atores, tornou-se mais competitiva, abrindo espaço para novos padrões de acumulação de capital, (através de especulação financeira), de produção (através de indústrias e serviços operando em redes), e de trabalho (pela flexibilização dos contratos e exigência de maior qualificação do trabalhador). Também foi um cenário favorável à retração do setor industrial e aumento do de serviços, realocação indispensável ao aparecimento de uma cultura informacional em todo o mundo.

No Brasil, entretanto, não podemos falar que ocorreu, neste período, uma substituição do modelo fordista, já que este nunca se desenvolvera no país como um modelo padrão, e sim, apenas em alguns setores e regiões. Também é preciso afirmar com cautela sobre a desregulamentação dos direitos do trabalho, uma vez que, por aqui, nunca alcançamos o pleno emprego. Embora o país tenha passado por estas transformações mundiais com singularidades, é inevitável assumir que houve uma intensa abertura comercial depois de um longo período de fechamento da economia. Essa abertura enfrentou gargalos de infraestrutura e investimentos, além da ausência de um Estado compensatório e regulador, tendo ocorrido, assim, de forma passiva à lógica de mercado. Foi neste cenário que o desemprego aumentou e a informalidade chegou a representar praticamente a metade dos postos de trabalhos urbanos criados ao longo da última década, provocando assim efeitos diferenciados sobre o emprego por sexo (MONTALI, 2000a).

Goldani (2002) mostra que as famílias encontraram, neste contexto, desafios para sua atuação como fator de proteção social, característica de uma sociedade marcada por profundas desigualdades socioeconômicas e ausência, ou ineficiência, do Estado com políticas compensatórias. As evidências da adaptação das famílias, frente aos limites de atuação como fator de proteção, podem ser assim listadas: aumento do número de membros da família no mercado de trabalho; reorganização interna, domiciliar e dos padrões de consumo; as famílias com menor oferta de mão de obra foram as que mais sofreram com as mudanças econômicas; a conformação

de redes sociais entre parentes, amigos e vizinhos; e a inserção da mulher no mercado de trabalho em função do desemprego e precarização da inserção dos chefes masculinos e jovens.

Em termos de estratégias de sobrevivência, Montali (2000b) afirma que as alterações no padrão de inserção dos membros da família refletiram consequências diferenciadas para cada membro, especialmente identificadas pelas posições inferiores dentro do arranjo familiar no tocante a gênero e idade. No período entre 1980 e 1983, iniciou-se a entrada de outros componentes da família, que não o chefe masculino, especialmente das mulheres, no mercado de trabalho, para o incremento da renda familiar. Entre 1990 e 1994, intensificou-se a reestruturação produtiva e o desemprego masculino. Como consequência, aumentou a inserção de mulheres cônjuges e das filhas. Finalmente, entre 1997 e 1999, assistiu-se o aumento do desemprego e a diminuição da renda dos ocupados, bem como da renda familiar *per capita*. Tal fase provocou não só a entrada de novos componentes da família no mercado de trabalho, como já vinha ocorrendo desde o início da década anterior, mas também numa mudança de responsabilidades em função das capacidades que cada membro passa a ter na manutenção do domicílio.

Para cada tipo de família, observaram-se diferentes alterações. Nas famílias constituídas de casal sem filhos, evidenciou-se ao longo do período o aumento da participação do homem, principal provedor de um arranjo com ausência de crianças. Nas famílias de casal em constituição do ciclo vital, isto é, de casal com até 34 anos de idade e presença de filhos fora da idade ativa, diminuiu o peso da participação do chefe masculino e ampliou a participação do seu cônjuge, e consequentemente o peso desta sobre a renda familiar. Para os grupos de casal entre 34 e 49 anos com filhos em idade ativa, observou-se o esforço coletivo de todos os componentes para manutenção do domicílio em função do aumento do desemprego do chefe masculino. Já para as famílias com casal acima de 50 anos com filhos, aumentou a participação destes últimos, o que corresponde a mais da metade dos ocupados do grupo, mas com o retorno do casal ao mercado de trabalho, mesmo após aposentadoria. Finalmente, para as famílias de chefe feminino com filhos, também se verificou o esforço familiar em função do agravamento da situação de precariedade desse tipo de arranjo, bem como o aumento da participação da responsável pelo domicílio em função do desemprego dos filhos homens.

Segundo Oliveira (2005), ocorreu em nossa sociedade uma dissociação entre o papel de chefe de família e a função de provedor, o que implicou em um rearranjo da participação dos homens e, de modo particular, das mulheres, na sociedade, em resposta aos processos mais amplos de transformação social. A provisão familiar por um único membro do domicílio enfraqueceu nos últimos anos, o que revela a intensificação do trabalho familiar, bem como estratégias adotadas pelas famílias urbanas em resposta às transformações experimentadas pelo país, dos pontos de vista socioeconômico e demográfico.

No que diz respeito especificamente às mulheres cônjuges ocupadas e participantes da provisão familiar, no Brasil, não é possível identificá-las a partir de uma categoria homogênea, sendo que parte considerável delas continua dependendo economicamente de seus cônjuges. São pólos desta categoria: as donas-de-casa em tempo integral, que tem um perfil etário mais envelhecido e as trabalhadoras assalariadas em tempo integral, que são mais jovens e que já internalizaram o exercício de uma atividade econômica em seu cotidiano, ainda que compartilhada com as tarefas domésticas (essas tem melhores índices de escolaridade e valores e concepções de gênero menos tradicionais).

Se observados os mesmos padrões atuais de absorção da mão de obra feminina, ocorrerá, entre as mulheres mais jovens e mais bem escolarizadas, um declínio gradativo do número de donas de casa que se dedicam às tarefas domésticas em tempo integral. Já entre as mulheres de referência ou responsáveis pela família, encontra-se uma baixa escolaridade, o que indica que elas se tornam referência mais por contingência do que por escolha, sobretudo por viuvez ou abandono de seus esposos. Isso significa, portanto, que ser mulher de referência no domicílio, pode implicar, muitas vezes, não ser provedora e estar em situação de pobreza (OLIVEIRA, 2005).

No âmbito familiar, as mudanças recentes tem levado a percepções mais igualitárias, especialmente pela entrada da mulher no mercado de trabalho, mas a divisão sexual de tarefas domésticas parece ser o elemento mais impermeável das desigualdades de gênero. Portanto, torna-se fundamental perceber essas diferenças, uma vez que a qualidade da inserção educacional e ocupacional da mulher poderá ser controlada pelo tempo dedicado à família, comumente chamado de *cuidado*, seja aquele dedicado aos filhos e/ou idosos (função que ainda é atribuição quase exclusiva da mulher). Mais uma vez deve-se ponderar que essa

situação se fará sentir para cada uma de acordo com o tipo de família, com sua situação conjugal, com seu grau de escolaridade, com sua inserção ou não no mercado, e entre as que trabalham, em função do peso de seu rendimento para o total do rendimento familiar. Paralelamente, o tempo que esta tiver que dedicar às tarefas domésticas influenciará em uma mobilidade no emprego, no tempo de dedicação ao trabalho, bem como no tipo de trabalho (ARAÚJO; SCALON, 2005).

Além disso, o papel da maternidade e do matrimônio na vida das mulheres varia sobremaneira de acordo com o seu local de moradia. Em algumas localidades o processo de *destradicalização* se “instalou” de maneira mais dinâmica do que em outras. Matos (2005) argumenta que independente do grupo, fica claro que significativas mudanças nos padrões de relacionamento de gênero, quanto aos papéis masculinos e femininos, vem ocorrendo desde o início do século XX. Contudo, esse processo não é linear; varia de região para região, especialmente em função do desenvolvimento do eixo econômico (processo de industrialização), que trouxe para a esfera social o advento do que Weber chamou de valores racionais legais. Vale ressaltar que tradicional não é simplesmente o antônimo, o oposto binário de destradicional. Em meio a valores de diversidade social, esses conceitos se sobrepõem. Ambos estão em curso na sociedade brasileira. Convivem de maneira imbricada. Suas dissensões são tênues e sutis.

Antes de dar continuidade à discussão, é importante ressaltar a que se remete o que aqui chamamos de valores balizados por tradição/tradicionalismo:

Existência de vinculações geralmente baseadas em forças externas supra-individuais – vozes de autoridade, controle, coerção e destino externo aos indivíduos –, que produzem o efeito de uma sociedade fortemente hierarquizada, segmentada, estável e de pouca mobilidade social. As mais comuns dessas forças são: religião, política, escola e, finalmente, a família, conformando um eixo de padrões interativos claramente assimétricos, desiguais, seja entre homens e mulheres – dinâmica tradicional/patriarcal de gênero – seja entre pais e filhos – dinâmica tradicional geracional. (MATOS, 2005, p.91).

Dando continuidade ao que foi anteriormente mencionado, o fato do processo de destradicionalização variar de acordo com o contexto social, elucidamos pesquisa realizada por Lacerda e Diaz (2008), que identificou que maiores níveis de demanda insatisfeita por contracepção de mulheres em idade reprodutiva, estão relacionados a residência rural, menor escolaridade, piores condições econômicas, presença de gravidezes indesejadas e falta de

conhecimento sobre o período fértil. Ressaltam ainda que, a discussão sobre planejamento da fecundidade com o parceiro e a residência em áreas urbanas, exercem fundamental diminuição nessa demanda insatisfeita.

Esses resultados nos mostram que, mesmo inseridas no contexto da *modernização*, regiões interioranas, sobretudo entre as camadas populares, apresentam de forma mais incisiva, elementos tradicionais de lealdade e solidariedade, vínculos mais coesos, maior controle externo e relações de gênero mais conservadoras. Isso reflete em menores capacidades e autoridades de foro individual: ausência de liberdade de orientação sexual, na escolha dos casamentos, no planejamento familiar, na afiliação religiosa, nos ordenamentos políticos e nos padrões de consumo.

A manutenção dessas dimensões exerce maior influência fundamentalmente na vida das mulheres, pois estas se mantêm, em sua grande maioria, alijadas das intervenções da ciência na reprodução, mantendo o uso de métodos contraceptivos tradicionais (coito interrompido e tabelinha/abstinência). Ficam também privadas de melhores níveis de escolarização e ocupação, além de viverem em uma sociedade com menores níveis de democratização nos valores de gênero, onde prevalecem as instituições patriarcais.

Notam Heilborn, Cabral e Bozon (2006), que o Brasil, sendo um país predominantemente católico e com uma organização baseada em controle comunitário estrito, acaba por ter as esferas e representações do masculino e do feminino demarcadas de forma mais radical. Transformações tais como a entrada e ascensão da mulher no mercado de trabalho, a redução do tamanho das famílias, o prolongamento e maior difusão da escolarização, o processo de urbanização, o crescimento da comunicação de massas, a diversificação do cenário religioso e o surgimento do feminismo, conduzem a certa diluição desse contraste. Contudo, as lógicas tradicionais ainda persistem com assimetrias significativas nas esferas doméstica e familiar.

A investigação *Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil* (Pesquisa GRAVAD), realizada entre 1999 e 2002 em Porto Alegre (RS), no Rio de Janeiro (RJ) e em Salvador (BA), entre jovens de 18 a 24 anos, buscou descrever as opiniões dos mesmos quanto às relações de gênero, inserção social, cor/raça e filiação religiosa. O cenário social delineado informou traços gerais que conformam a moralidade sobre a

esfera do sexual. É importante ressaltar, que no contexto deste estudo, tradicional está associado a uma concepção hierárquica ou assimétrica das relações sociais. Por outro lado, moderno indica flexibilização e diversificação das condutas, que se apoiam progressivamente na ideia de escolha pessoal. É razoável inquirir que as opiniões frente às questões supracitadas variam de acordo com o contexto cultural, mas também, e sobretudo, aludem a um *ethos* específico da desigualdade de gênero, já que os dados mostraram marcantes diferenças entre moças e rapazes em suas declarações.

Quando perguntados sobre o número de parceiros sexuais no decorrer da vida, homens e mulheres apresentam experiências muito díspares, tendo os primeiros declarado um número muito maior de parcerias ao longo da vida sexual, o que corresponde que a multiplicidade de parcerias é, antes de tudo, condicionada pelas expectativas sociais alocadas a cada um dos sexos, remetendo à ideia de virilidade do masculino, e de certa modéstia na esfera sexual feminina. Esse cenário pressupõe a existência de um conjunto de pressões sociais atuantes sobre a iniciativa dos sujeitos em relação à própria conduta, ou seja, as mulheres são mais tradicionais no sentido de terem menos autonomia de escolha individual e serem mais guiadas por questões externas.

Quando indagados sobre a valorização da fidelidade, o cenário que se desprende é de que entre homens e mulheres há alta rejeição quanto à infidelidade. Nesse ponto, as respostas masculinas foram mais homogêneas, e já entre as mulheres, as de classe social mais baixa se mostraram mais tolerantes, com maior aceitação à extraconjugalidade. Porém, o tema fidelidade permitiu inferir a diferença entre não estar de acordo com a infidelidade, e manter relações sexuais com uma pessoa estando em compromisso com outra. 9% das mulheres já teve relações simultâneas, entre os homens esse número sobe para 37%, evidenciando que principalmente entre eles, a fidelidade é mais um discurso do que uma prática. Nesse contexto, podemos inferir que a perda proibitiva do caráter das normas, como uma característica da modernização, se mostra mais difundido no universo masculino. As concepções do sexo como prova de amor ou como prazer individual apresentam um importante ingrediente social: quanto maior o nível de escolaridade (entre homens e mulheres), maior a adesão do sexo como prazer e não como prova de amor, o que revela que melhores índices de escolaridade acabam por refletir em um comportamento mais autônomo e menos

tradicional. Contudo, esse modelo de individualização na modernização, também exhibe seus contornos de gênero, já que a concepção do sexo como fonte de prazer é maior entre os homens. A propósito, essa distinção de gênero também se apresenta com nitidez entre os jovens virgens. Quando perguntados sobre espontaneísmo e controle na sexualidade, a maioria dos homens respondeu que desejava que a primeira relação ocorresse logo, enquanto a maioria das mulheres disse não pensar muito no assunto. Ao inquirir sobre as representações da masturbação, as mulheres também demonstraram uma postura mais tradicional. A condenação moral é maior entre elas, trazendo a tona, novamente, o contraste de gênero. Outro dado também bastante elucidativo para pensarmos na relação entre classe e comportamento tradicional, refere-se à tolerância/repúdio à homossexualidade, tendo em vista que a opinião segundo o meio social assinala diferenças muito marcadas: a tolerância aumenta no mesmo sentido em que se elevam os níveis de escolaridade e renda.

Para além das questões supracitadas, outras temáticas, não menos interessantes, foram abordadas no estudo do GRAVAD, contudo o que foi apresentado parece suficiente para inquirirmos acerca de uma paisagem social, em termos gerais, que vem de certo modo reafirmar ou nuançar representações das tensões entre modernização e lógicas tradicionais quanto aos valores relativos à sexualidade. Como notam Heilborn, Cabral e Bozon (2006), no plano das opiniões, despontam posições mais conservadoras entre os jovens em maior desvantagem social (menores níveis de escolaridade e origem social menos favorecida). Além da forte influência do meio social sobre os discursos dos sujeitos, as relações de gênero também apontam para as dissimilaridades dos valores.

Fato é que, se por um lado, inegavelmente, as normas de gênero vem ganhando contornos mais modernos nas últimas décadas, por outro lado, esse cenário acopla-se a uma tendência aparentemente contraditória, já que não só do ponto de vista do discurso, às mulheres são atribuídos os símbolos e signos da maternidade e da vida doméstica, e na prática, isso se reverte em arcos ocupacionais ainda restritos ao público masculino.

Então, do ponto de vista normativo e factual, e principalmente quanto ao último, as mulheres ainda se mantêm na esfera doméstica e de cuidado com os filhos e com os idosos, e quando chegam a participar de alguma forma de trabalho

assalariado ou dar continuidade aos estudos, deparam com a dificuldade de um processo de autonomia, digamos, incompleto, pois precisam se sobrepor sozinhas às tarefas dentro e fora de casa. Elas estão de fato duplamente amarradas, já que por um lado, cada vez mais são “convidadas” a participarem do mercado de trabalho, e por outro, a repartição da carga familiar não evolui no mesmo ritmo. Não restam dúvidas de que a sociedade segue sim em direção a uma democratização dos valores de gênero, mas essa caminhada ainda está inconclusa, sobretudo no que tange às condições de trabalho, seja ele assalariado ou doméstico.

Responder então à questão que acima nos propusemos: *A ocupação dos sexos e o sexo das ocupações: um tradicionalismo moderno ou uma modernidade tradicional?*, não é tarefa trivial, já que no regime de gênero em que vivemos, essas questões convivem de forma imbricada, de tal forma que as “ideias não correspondem aos fatos”, ou melhor, os fatos ainda não correspondem às ideias.

3 MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA E TRAJETÓRIAS DE VIDA

Como dito anteriormente, a maternidade na adolescência é um fenômeno intrinsecamente ligado à inserção da mulher no mercado educacional e laboral, sobretudo entre as mais pobres. Apesar de não ser um fenômeno novo, esse tema tem sido muito discutido nos últimos tempos, pois se constituiu como um problema social. Sobre esse foco se converge a atenção de autoridades e poderes públicos, tendo em vista que a transição para a vida adulta é uma fase que resulta na qualidade das trajetórias futuras de vida dos indivíduos jovens. Logo, é um marcador importante para o bem-estar de toda população.

Historicamente, a transposição da infância para a fase adulta ocorria sem fronteiras, sendo que a capacidade reprodutiva e/ou laboral do indivíduo, marcava a transição de um estágio para outro. O modelo tradicional dessa transição pressupõe uma linearidade e uma irreversibilidade em suas etapas: os jovens saem da escola, ingressam no mercado de trabalho, deixam a casa dos pais e tem filhos, constituindo assim uma nova família. No entanto, as mudanças socioeconômicas experimentadas no decorrer do século XX favoreceram a emergência de uma etapa intermediária, atualmente vista como fundamental na formação e na inserção social dos indivíduos, que ficou conhecida como adolescência.

Há de se considerar que as fronteiras entre as fases de idade podem variar de acordo com as concepções sociais de um determinado tempo e contexto. É na adolescência e na juventude caracteristicamente em que os indivíduos reconfiguram suas identidades em busca do reconhecimento enquanto atores sociais, tanto por si mesmos, quanto pelos outros. Vale ressaltar, dentro da perspectiva aqui abordada, que é também nessa fase da vida, em que se inicia e estabelece a vida sexual (HEILBORN, 2006). Associados ao início e estabelecimento de uma vida social ativa, estão a formação de família, a gravidez e a maternidade, sobretudo entre jovens de estratos socioeconômicos mais baixos.

No entanto, apesar da estreita relação destes eventos com os serviços públicos de saúde, educação, proteção social e planejamento familiar, raramente essa interface é de fato articulada na vida das jovens. Conforme dados da pesquisa *Autonomia e susceptibilidade ao HIV/AIDS entre mulheres jovens*

moradoras de uma área de favela em Belo Horizonte, o Taquaril, as jovens que experimentam a maternidade precoce parecem ficar invisíveis no que toca sua especificidade etária e nas diversas dimensões que implicam sua condição juvenil, não sendo tratadas como sujeitos que podem opinar e decidir sobre sua trajetória de vida. Os programas adotados e da forma como são executados reproduzem o olhar controlador sobre a jovem, ratificando a dimensão desta como problema.

Segundo Knauth (2006), juventude pode ser tomada como algo mais amplo que uma faixa etária, na medida em que consiste em “um processo no qual um conjunto de elementos concorre para a autonomização (material e afetiva) dos jovens”. Eles estão refletidos em eventos fundamentais na entrada da vida adulta, como escolarização, profissionalização, relacionamentos afetivo-sexuais e também na conjugalidade. A juventude vista como um momento de experimentação da sexualidade é também ciclo decisivo para demarcação de diferenças de gênero no campo de identidade, tendo em vista que essas diferenças podem potencializar criatividade e singularidade, como podem tender a reproduzir divisões sexualizadas, com conotação de assimetria e desigualdade (ABRAMOVAY, 2004).

Pode-se então observar que não apenas o processo de busca pela autonomização, marcado por vários eventos, mas a própria identidade dos sujeitos está circunscrita nesta fase limiar da vida. E em cada um desses eventos a identidade vai se constituindo com mais ou menos impacto sobre suas escolhas, de modo que os referenciais de classe, raça, gênero e sexualidade se apresentam como fatores chaves na abertura de uma gama maior ou menor de oportunidades e experiências, sejam elas mais tradicionais ou contemporâneas, mais limitadas ou fluidas. Assim como afirmam Mello e Camarano (2006), há uma multiplicidade de estilos e de momentos da transição para a vida adulta, que assume contornos diferenciados, variando, sobretudo, em função do contexto socioeconômico.

Contudo, a despeito dessas variações, a saída da escola, o ingresso no mercado de trabalho, a saída da casa dos pais, a formação de um novo lar e o nascimento do primeiro filho, são os principais eventos que compõem essa trajetória, sendo que, jovens com altas expectativas sociais e planos futuros passíveis de serem alcançados, tendem a ter uma trajetória que se distancia do modelo tradicional, ou seja, com contornos que poderíamos chamar de mais contemporâneos ou fluidos, na medida em que se emancipam da vida estudantil, da casa dos pais e entram no mercado de trabalho mais tardiamente, bem como adiam

também a idade ao primeiro filho. Por outro lado, jovens inseridos em contextos de constrangimentos estruturais, tais como, classe social, sexo, raça e local de residência, acabam ficando limitados na perspectiva de reprodução social, delineando assim, trajetórias de vida ainda balizadas por modelos mais tradicionais.

O processo de transição dos jovens para a vida adulta está associado também à presença do Estado nas sociedades. Segundo Mello e Camarano (2006), em países com políticas de bem estar social bem estruturadas, a família de origem dos jovens exerce pouca influência em suas trajetórias. Estes, além de contarem com políticas universais, como as de educação e saúde, contam, também, com outras específicas, voltadas para o processo de transição. No caso do Brasil, do ponto de vista das políticas públicas, a condição juvenil faz surgir novos embates e a necessidade de se pensá-la para além do padrão saúde-escola que definiu as políticas para jovens ao longo dos anos. Exemplo disso é o planejamento familiar, que já há quatro décadas aparece como direito, mas ainda não como realidade.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS-2006), do total de nascimentos ocorridos entre 2001 e 2006, apenas 54% foi planejado, grande parte desejava adiar ou evitar a gestação, o que reflete uma demanda não atendida em termos de contracepção. Além disso, as deficiências da política de planejamento familiar inevitavelmente também resultam em abortos inseguros e condições de risco para a saúde e a vida de mulheres e crianças. A autodeterminação reprodutiva é um direito fundamental, e como tal, precisa ser assegurado do ponto de vista factual, e não apenas normativo. Embora o quadro geral de comportamento reprodutivo no Brasil tenha avançado nos últimos anos, ainda são grandes os índices de gravidezes indesejadas e abortos feitos em condições precárias.

É importante lembrar que essas questões afetam diferentemente os jovens brasileiros, já que vivemos em um país desigual em que o acesso à riqueza produzida e aos diversos serviços se dá de forma diversa. Existem juventudes desiguais se fizermos os recortes de classe, gênero, cor, local de moradia, diferenças regionais, zona urbana e rural, metropolitanas ou não metropolitanas, entre outros. Diferentes situações existenciais afetam os sujeitos jovens brasileiros, com diferentes formas de ser e viver a juventude, desenhando diversas trajetórias juvenis.

No Brasil, foram adotados programas padronizados tendendo a homogeneizar a população jovem, não levando em conta suas especificidades enquanto sujeitos em formação para a vida adulta. Segundo Chacham *et al.* (2007, p. 151), “a compreensão da especificidade de cada grupo populacional é necessária para a construção de estratégias efetivas de intervenção em saúde”. Uma agenda positiva que promovesse intervenção em questões mais específicas que perpassem as diversas trajetórias juvenis deveria ter como foco também, como propõe Ventura (2005), as desigualdades nas relações de gênero, raça e etnia, classe social, condições de vida, as deficiências das políticas de saúde, educação, entre outros.

Chalem *et al* (2007) ressaltam que o início precoce da atividade sexual e, principalmente de forma desprotegida, associado com o alto índice de gestações não planejadas decorrentes de relacionamento com parceiro igualmente jovem, são dados que desencadeiam reflexões sobre nossos adolescentes, que, apesar de razoável nível de escolaridade e de conhecimento sobre sexualidade, não conseguem traduzi-los em sexo protegido e mudanças de comportamento. A repetição de nova gestação indesejada ainda na adolescência de uma em cada cinco jovens reflete que nem a vivência da gestação e suas consequências são efetivas para o desenvolvimento de um comportamento sexual responsável, capaz de romper um círculo vicioso.

Ainda segundo os autores, pesquisas de abordagem predominantemente qualitativa, tem enriquecido estas reflexões, contribuindo com a compreensão de que, em determinadas situações, a gravidez precoce possa ser a solução para situações conflituosas e não necessariamente um problema em si. Isso reflete a complexidade do fenômeno denominado, por alguns, como gravidez “precoce”. Porém, sendo desejada ou não, estudos brasileiros falam da associação da prematuridade e baixo peso ao nascer com idade materna, condições socioeconômicas desfavoráveis e assistência pré-natal pública. Esse panorama reflete a necessidade de elaboração de políticas de saúde, com abordagens específicas e urgentes.

A maioria dos estudos sobre gravidez e maternidade na adolescência prioriza a análise nos estratos sociais mais desfavorecidos, já que são nessas camadas que encontramos uma incidência maior desses fenômenos. Dados da pesquisa *Autonomia e vulnerabilidade na trajetória de vida de mulheres jovens das camadas médias e populares na cidade de Belo Horizonte* nos mostram que entre as jovens

de classe média (15 a 24 anos), apenas 5% das que fizeram sexo engravidaram. Na classe popular essa porcentagem sobe para 57%.

Esse panorama revela que as jovens de classe popular se enquadram em um perfil de “desperdício de oportunidades” imposto pela maternidade, tendo em vista os dados da mesma pesquisa que nos revelam que o acesso dessas adolescentes ao mercado educacional e ao mercado de trabalho é precário, quando comparado com as jovens de classe média. Apenas 43% das jovens entrevistadas nas favelas estava estudando, o que sobe para 90% entre as de classe média. Entre estas, 40% já estava cursando o 3º grau, enquanto apenas 2% das da favela chegou a ter acesso à educação superior e apenas 43% delas estava cursando o ensino médio.

Quanto à inserção laboral, o número de jovens que exerce alguma atividade remunerada nas duas classes é bem próximo, 33% das jovens de classe média e 35% das de favela. Entretanto, é no tipo de inserção em que a desigualdade se revela com mais nitidez. As jovens de classe média que trabalham se envolvem principalmente em estágios, de nível médio ou superior, já as de classe popular em trabalhos domésticos e manuais, como por exemplo, manicures, cabeleireiras, etc.

Quanto a essas implicações sobre as trajetórias escolares e profissionais das jovens mulheres, pensando sob a óptica da maternidade na adolescência, a maioria dos autores argumenta que grande proporção de gestações nessa fase da vida, acontece depois que as jovens já deixaram a escola, não podendo, portanto, ser consideradas como determinantes da pobreza, mas possivelmente por ela condicionadas (AQUINO, 2003).

Em pesquisa realizada no município de São Paulo (CHALEM *et al.* 2007), destacam que mais de 67% das adolescentes – entrevistadas no período pós-parto ou pós curetagem em um hospital de uma região carente da capital – não estava mais estudando no momento da entrevista, entre estas, mais de 60% associava o abandono da escola à gravidez e menos de 10% estava trabalhando. Mais de 80% disse que a gravidez não foi planejada, mas, mais de 50% a considerou conveniente na ocasião do parto. Somando uniões consensuais e casamentos formais, quase 70% das entrevistadas estavam morando com companheiro na ocasião da pesquisa. O que nos mostra que nessa classe social existe uma pressão social para que o casal passe a morar sob o mesmo teto, mesmo sem ter oficializado um casamento ou ter independência financeira.

Esse cenário nos remete às assimetrias comportamentais vistas entre os grupos de jovens, sobretudo quando associadas à maternidade. A evasão escolar, por exemplo, traz graves consequências para a adolescente e seu filho, e para a sociedade em geral, principalmente porque, nessa faixa etária, uma das poucas opções de inserção social e de ascensão econômica se dá por intermédio do sistema educacional (CHALEM *et al.* 2007). E, sobretudo, esses dados demonstram o quão mais vulneráveis são essas jovens, por assim dizer, menos abastadas, que na ausência de um sistema educacional para além do ensino médio, ficam também alijadas da possibilidade de se inserirem no mercado de trabalho.

Além dos constrangimentos econômicos, a própria faixa de idade em que se encontram, também são determinantes para uma maior dificuldade de se conseguir emprego. Em 2007, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE), o Brasil possuía cerca de 50,2 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, o que correspondia a 26,4% da população. Embora perfaça uma parcela substantiva, o segmento juvenil vem passando por um processo de desaceleração progressiva na população brasileira. Em apenas um ano, por exemplo, o número de jovens sofreu uma diminuição de 1 milhão de pessoas, já que em 2006 este grupo etário somava aproximadamente 51,2 milhões de habitantes. No entanto, essa contração numérica, não reduz a importância deste grupo populacional.

Pesquisas nacionais tem mostrado que o trabalho está entre os principais assuntos que mais mobilizam o interesse dos jovens, sendo por eles indicado, segundo Andrade (2008), como um dos direitos mais importantes de cidadania, assim como um dos direitos essenciais dos quais deveriam ser detentores. Nesse sentido, podemos pensar que a centralidade deste tema entre esse grupo populacional, deve-se, sobretudo, à ausência do mesmo, ou seja, se destaca em função do desemprego.

Além disso, o ingresso no mercado de trabalho constitui-se, tradicionalmente, em um dos principais marcos da passagem da condição juvenil para a vida adulta. Por outro lado, são enormes as dificuldades dos jovens em conseguirem uma ocupação, dado o aumento da competitividade e da exigência de experiência e qualificação no mercado de trabalho (ANDRADE, 2008). Postergar a entrada no mercado poderia então também retardar a transição para a vida adulta.

Esse adiamento poderia ser a princípio, considerado positivo, caso aumentasse, por outro lado, a permanência na escola, com vistas à obtenção de melhores postos de trabalho. Contudo, segundo Andrade (2008), embora ao longo dos últimos anos, a taxa de frequência líquida à escola deste grupo etário venha apresentando crescimento contínuo, ainda é bastante alto o índice de distorção idade-série, situação que favorece a evasão escolar. Muitos jovens terminam efetivamente por abandonar os estudos, com escolaridade ainda muito baixa, o que lhes subtrai um importante requisito para pleitear melhores empregos.

Outro cenário comum é a combinação entre escola e atividade laboral. Para os jovens de classe média esse trabalho está na maioria das vezes voltado para suas próprias atividades estudantis, como por exemplo, os estágios. Já entre os jovens de baixa renda, conforme afirma Andrade (2008), são os seus próprios trabalhos que lhes possibilitam arcar com os custos vinculados à educação, e ainda, não raro, dedicam a renda ao sustento familiar.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2007), embora a escolaridade média tenha crescido entre a população juvenil – em 2007, chegou a 7,3 anos de estudo –, ainda existe um número muito elevado de jovens que não está no mercado de trabalho nem na escola: 19,7% daqueles entre 15 e 29 anos. Nota-se que, apesar de as mulheres representarem o carro-chefe da elevação das taxas de escolarização do segmento juvenil, por terem maior escolaridade do que os homens, o percentual de jovens do sexo feminino que não estuda e nem trabalha é bem maior que entre os do sexo masculino. Isto geralmente acontece pelo fato de que muitas mulheres deixam a escola para cuidar de atividades domésticas – seja na condição de filhas, seja na condição de cônjuges – dedicando o seu tempo a um tipo de trabalho não mensurado. A proporção de jovens mulheres nesta situação é crescente de acordo com a faixa etária, passando da existência de uma baixa oferta de postos de trabalho. Exemplo disto é a alta rotatividade entre os trabalhadores jovens, maior que entre os demais trabalhadores, pois implica também em uma maior taxa de desemprego (CASTRO; AQUINO, 2008). A limitada incorporação dos jovens no mercado de trabalho acaba por redefinir o padrão de inserção desta camada da população, em que parte dos jovens se dirige para a inatividade (muitas vezes fora da escola), e parte insiste na procura de emprego sem sucesso (desempregados). Esta situação é especialmente dramática para os segmentos mais vulneráveis, em especial aqueles com baixa escolaridade e/ou

pertencentes a famílias de baixa renda, trazendo a tona o drama pungente da retroalimentação da pobreza.

3.1 Maternidade, escola e trabalho: como se compõem?

Trabalhar com o tema da maternidade na adolescência traz muitas possibilidades e recortes interessantes. No caso deste trabalho, o objetivo é verificar quais os efeitos desse fenômeno na trajetória estudantil e laboral das jovens mães. Nessa fase da vida elas se deparam, de um lado, com a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho, e por outro lado o casamento e a maternidade também se configuram como uma importante transição, sobretudo e quase exclusivamente, entre as mais pobres, já que a reprodução juvenil, assim como diversos outros fenômenos, tem seus determinantes socioculturais.

Quanto às jovens que engravidam ainda na adolescência, a percepção mais frequente que se tem em torno do fato é de uma vida marcada pelo desperdício de oportunidades, já que as mães adolescentes, quando não abandonam a escola, tem uma trajetória estudantil intermitente, e às vezes nem chegam a pleitear uma vaga no mercado de trabalho, e quando o fazem, conseguem, na maioria das vezes, uma ocupação precária. Delineiam-se então dois cenários: de um lado as jovens mães que ao “optarem” pela maternidade e/ou pelo matrimônio, abandonam os planos de carreira estudantil e laboral e acabam ficando na invisibilidade do pouco igualitário trabalho doméstico.

Do outro lado, aquelas que mesmo na presença dos filhos, ainda procuram trabalho. Neste caso, as oportunidades são precárias e escassas, seja por restringir sua escolha de trabalho por um local mais próximo de sua residência e/ou por um tipo de jornada de trabalho menor ou mais flexível, seja por conseguir um emprego que renda o suficiente para pagar uma creche ou alguém para cuidar dos filhos, ou ainda, pelo lado do empregador, por preferir contratar mulheres que não possuam filhos menores.

Castro e Aquino (2008) fazem uma problematização interessante acerca da temática. Ressaltam que é preciso avaliar se as mães adolescentes, caso não tivessem tido filho, teriam trajetórias escolares e/ou profissionais diferenciadas, e logo, se essas gravidezes são de fato indesejadas. De fato, o processo de destradicionalização e modernização da sociedade brasileira, que implica em maior

disponibilidade de contraceptivos, expansão da escolaridade (inclusive entre as mulheres), quebra de alguns valores tradicionais de gênero, etc, faz com que a sociedade crie expectativas de que as jovens meninas invistam em outros campos da vida, que não a maternidade e/ou o matrimônio, no entanto é importante relativizar o alcance dessas mudanças, que como já salientamos anteriormente, se fazem sentir de forma diferenciada de acordo com o sexo e a classe social dos indivíduos.

O adiamento da vida conjugal e reprodutiva é diretamente proporcional à classe social a que as jovens pertencem, e o tripé que define essa situação é a composição família, escola e trabalho. Lares instáveis, com histórico de pais imaturos, percursos educacionais erráticos e necessidade de entrar no mundo do trabalho (assalariado ou doméstico) precocemente, delineiam essa trajetória considerada, não raro, como um grave problema social. Todavia, assim como ressaltam Castro e Aquino (2008), pesquisas apontam que meninas de classe social muito baixa, tem de fato a maternidade como um projeto de vida pessoal, mesmo que muitas vezes não explícito. O filho acaba se tornando uma das únicas formas de empoderamento e *status* da jovem. Nestes casos, é importante apontar para a necessidade de políticas públicas que atuem no sentido de ampliar a oferta de vagas em creches e ensino infantil.

Contudo é importante destacar que não se pode naturalizar o fato da maternidade se constituir como um dos únicos projetos de vida para essas jovens. É necessário salientar que na verdade essa trajetória é fruto de uma ausência de opções, que obstaculizam planos que possam ir além da maternidade e do matrimônio, já que não só os impedimentos em relação ao mercado educacional e laboral, mas também a desigualdade de gênero, muitas vezes encoberta pelo discurso da igualdade e da modernização, ainda se configura como um desafio a ser enfrentado. Se a entrada das mulheres no mercado de trabalho pode ser considerada como uma conquista feminina que torna possível o exercício pleno da cidadania, ela não se traduziu concretamente em uma integração profissional igualmente favorável à dos homens. Elas não só tem carreiras mais modestas, como também são atingidas com mais frequência pelo desemprego e pelo subemprego (HIRATA, 2003).

Convém, pois, integrar plenamente esta dimensão nos programas sociais voltados para a assistência das mulheres, trazendo o tema da emancipação

feminina como uma figura explícita, que reconheça o trabalho doméstico, a guarda das crianças e o cuidar dos idosos, não como uma atribuição natural, mas como um trabalho fundamental dentro da dinâmica econômica do país. Diante desse contexto, voltamos a ressaltar a necessidade de que as políticas públicas sejam, de antemão, mais preventivas, e busquem oferecer diferentes alternativas a essas jovens, que até então, estão indo de encontro ao infinito curto.

3.2 A modernidade truncada: um novo tempo, os mesmos problemas

O mundo do trabalho está mudando, e a entrada em massa da mulher nas atividades remuneradas constitui provavelmente um dos processos mais significativos da nossa história recente. Há de se considerar que as desigualdades de gênero no trabalho tendem a se reduzir, mas as desigualdades entre as mulheres aumentam, gerando novas contradições, já que a grande maioria das que hoje conseguem ocupar cargos e posições, que outrora eram privilégio do público masculino, são brancas e de classe média alta.

Então, o que se percebe é que os novos espaços sociais que as mulheres vem conquistando e deixando como herança para as jovens da contemporaneidade, estão fortemente associados ao que poderíamos chamar de moratória social, que nos termos propostos por Margullis e Urrestis (1998), é um privilégio para certos jovens que tem a possibilidade de retardar o momento de assumir de forma plena as responsabilidades econômicas e familiares:

A moratória social alude ao que, com a modernidade, grupos crescentes, que pertencem comumente a grupos sociais dos setores médios e altos, postergam a idade do casamento e da procriação, para que durante um período cada vez mais prolongado, tenham a oportunidade de estudar e de avançar a sua capacitação em instituições de ensino (MARGULLIS; URRESTI, 1996, p.5).

A despeito do crescimento econômico e desenvolvimento social experimentado pelo Brasil desde o início do século XXI, muitos jovens são impelidos a trabalhar desde a infância ou adolescência, muitas vezes abandonando a escola para contribuírem para a renda familiar. No caso das meninas com ainda mais nitidez, porque além do trabalho assalariado, não raro, o trabalho doméstico também lhes é imposto. Exemplo disso são as informações divulgadas em relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho) a partir de dados da PNAD (Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios) que em 2001, trouxe um suplemento sobre trabalho infantil.

Tais dados mostram que no Brasil, 3 milhões de crianças de 5 a 15 anos estão trabalhando, o que representa 8,5% dos indivíduos nessa faixa etária. Entre os 16 e 17 anos de idade, são quase 2,4 milhões de trabalhadores – 35% do total de jovens nessa faixa etária. Isso sem considerar o trabalho doméstico no próprio domicílio, o que pode subestimar os resultados, principalmente entre crianças e jovens do sexo feminino; e também sem levar em conta as crianças que vivem nas ruas e que perderam a ligação com suas famílias. Além disso, a PNAD considera o trabalho na semana de referência, ou seja, a última semana anterior ao mês da pesquisa. Aumentando a referência para o ano anterior à pesquisa, deve-se somar aos números acima, mais de um milhão de crianças.

Se do total dos ocupados forem adicionados os que estão procurando emprego, esse número sobe para 3,5 milhões de trabalhadores, o que equivale a 10% das crianças e adolescentes entre 5 e 15 anos de idade. Além dos altos índices de trabalho infantil, esses dados nos reportam à existência de um grande número de jovens usufruindo de um tempo livre condicionado à falta de oportunidades, e bastante diferente do tempo livre que poderia ser encontrado entre jovens de classe média e alta.

Segundo Silva (2003), há nas camadas populares uma tendência de o valor da educação ser medido pela obtenção de ao menos um diploma, o que ocorre ao final do Ensino Fundamental. Depois disso valoriza-se o aprendizado profissional, que geralmente é obtido no mercado de trabalho. Normalmente, é nesse momento que a maioria dos indivíduos começa a conciliar os estudos com o trabalho, quando não deixa de estudar. Silva (2003) destaca ainda que, no caso dos meninos, essa opção é mais “natural”, pois provavelmente ele será o principal responsável pelo sustento do domicílio. Além disso, as famílias são constituídas mais cedo entre as camadas mais pobres da população, devido à gravidez na adolescência, que faz com que os meninos deixem de estudar para conseguir um trabalho em período integral, e as meninas parem de frequentar a escola, para cuidar da casa e dos filhos.

Dessa forma, quanto à realidade das mulheres, que desde a década de 1970 vem lutando e conseguindo transpor as barreiras do papel de ser mãe, esposa e dona casa, a discussão não é trivial. Em primeiro lugar porque independente da

classe social, à medida que a mulher vai tendo uma maior inserção no mercado, os homens não passam a ajudar, de forma equivalente, nas tarefas domésticas, em segundo lugar porque melhores índices de escolarização e melhores empregos ainda é uma realidade segmentada, já que entre as mais pobres, as limitações permanecem fortes. E, por fim, ainda é grande a desigualdade salarial entre homens e mulheres, mesmo quando ocupam o mesmo cargo.

Outro ponto que merece ser destacado, por ter sido um dos grandes facilitadores da entrada mais efetiva da mulher no mercado assalariado, é a queda na fecundidade. Nas últimas três décadas, segundo dados divulgados em 2008 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com o desenvolvimento da economia e a modernização da sociedade, as taxas de fecundidade caíram de 5,8 para 2,3. No entanto, ao tomar a renda como parâmetro, observa-se que entre o quintil mais pobre, a fecundidade adolescente atinge 176 filhos a cada 1000 mulheres (17,6%), e entre o mais rico, a taxa despenca para 28 filhos (2,8%). Ao permutar a renda pelo nível educacional, entre as adolescentes com ensino superior, a fecundidade é praticamente nula, comportamento que se altera estratosféricamente quando comparado às adolescentes sem nenhuma escolaridade, em que a taxa assume o valor de 299 filhos/1000 mulheres, ou seja, quase 30%.

Além disso, no Brasil, os maiores índices de gravidez na adolescência recaem sobre a população negra, entre as quais também predomina o nível socioeconômico mais baixo. A ocorrência de gravidez entre os 15 e 19 anos também é maior na zona rural do que nas regiões metropolitanas, onde, de uma forma geral, há mais acesso à educação e informação. De maneira semelhante, níveis educacionais mais altos estão associados a menores índices de gravidez na adolescência, que por sua vez está associada ao aumento na taxa de evasão escolar, e logo, à probabilidade de persistirem as diferenças econômicas e sociais (CHALEM *et al.*, 2007).

Esses dados evidenciam que, a despeito do novo Brasil, do novo século, as jovens mais pobres seguem a majorar as taxas de gravidez e maternidade na adolescência. Nesse sentido, Carvalho e Brito (2005) argumentam que a população feminina mais pobre tem sido vítima da desinformação sobre as possibilidades de regulação da sua fecundidade e, mais ainda, da dificuldade de acesso aos quase sempre deficientes serviços públicos de saúde. A consequência social tem sido

dramática, contribuindo decisivamente para privar parte das mulheres de sua cidadania plena.

Vignoli (2008) denomina como *síndrome da modernidade truncada* o evento da fecundidade adolescente em algumas camadas da população. Segundo ele o fenômeno está associado ao âmbito sexual, pela combinação de uma liberalização da conduta sem aumento da capacidade de controle contraceptivo (seja do ponto de vista psicológico, seja do familiar), e também pela ausência de acesso a bens e serviços. E ao âmbito social, pelo aumento do acesso à educação formal, sem uma expansão consequente das oportunidades materiais, particularmente, oportunidades de trabalho. Além disso, também argumenta, que no caso do comportamento reprodutivo, o processo de modernização atua de forma paradoxal, pois apesar de postergar a união, e logo, a fecundidade, ele tende também a deixar as jovens mais expostas à gravidez, devido à iniciação sexual mais precoce.

Ainda segundo Vignoli (2008), a desigualdade social, ao encurtar notavelmente o horizonte de opções vitais para os mais pobres, reduz os custos da maternidade e da paternidade adolescente e simultaneamente eleva o seu valor como mecanismo para dar sentido à vida. Além disso, a *modernidade truncada* deixa encoberto o fato de que, a despeito de uma maior facilidade de acesso à informação, os mais pobres ainda encontram barreiras de acesso à contracepção e demais oportunidades.

No caso do Brasil, há sim um grupo que ascendeu socialmente nos últimos anos e ocupa um novo patamar nas pirâmides sociais, contudo segundo Souza (2010) essa nova classe ainda é uma incógnita, já que ela parece se definir como uma classe social com baixa incorporação dos capitais pessoais mais importantes da sociedade moderna, capital econômico e capital cultural, o que, como já foi discutido anteriormente, está intimamente associado ao comportamento reprodutivo das mulheres.

Nenhuma tentativa de reverter essa situação é possível sem que se conheçam suas causas. Para tornar ampla e irrestrita a cidadania das mulheres mais pobres, bem como a de todas as outras, há de se reconhecer a importância da maternidade como um desejo e não como um subterfúgio de um mercado educacional precário e um arco ocupacional limitado. Nesse sentido veremos a diante como esses contextos se conformam e permeiam algumas realidades específicas.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

Objetivando analisar os efeitos da maternidade adolescente na inserção educacional e laboral de jovens de baixa renda, este estudo se vale dos dados quantitativos da pesquisa *Projetos e Trajetórias Reprodutivas, Escolares e Profissionais de Mulheres entre 15 a 29 anos de idade em Minas Gerais: o papel da maternidade na adolescência*, que foi conduzida em três municípios de Minas Gerais, que foram selecionados conforme o porte populacional e o grau de urbanização. Além desses critérios, a proporção da população feminina entre 15 e 29 anos de idade, proporção de adolescentes e jovens mães antes dos 20 anos de idade em relação ao total da população nessa faixa etária e proporção de domicílios com renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos, também foram indicadores relevantes.

Foram realizadas entrevistas com adolescentes e jovens que viviam em setores censitários cuja renda per capita do domicílio de residência fosse de até 1,5 salários mínimos, de acordo com as informações do Censo Demográfico 2000. Em cada um dos municípios foram aplicados 150 questionários, sendo realizadas 15 entrevistas em 10 diferentes setores de cada cidade. Para cada setor havia uma distribuição de cotas etárias, para que nenhum perfil fosse sub ou sobre-representado. Dessa forma, o banco de dados final, contém 450 entrevistadas.

O número de questionários foi dimensionado de forma que fosse possível selecionar adolescentes e jovens dos três grupos etários quinquenais (15 a 19, 20 a 24, 25 a 29), com e sem história de maternidade antes dos 20 anos de idade, de forma a permitir análise multivariada e de associação de variáveis. A análise desses dados possibilitou o exame comparativo das trajetórias no mercado educacional e laboral, bem como das condições de vida, demanda e acesso a serviços e bens públicos básicos, levando-se em conta as características sociodemográficas e o município de residência das adolescentes e jovens entrevistadas.

Na análise dos dados, como poderá ser visto adiante, ênfase especial foi dada às interseções entre carreira escolar, participação em trabalhos assalariados e/ou domésticos e história reprodutiva. O objetivo principal é aprofundar o entendimento sobre o evento da maternidade na adolescência e seus efeitos, incorporando as trajetórias individuais no que tange aos mecanismos de decisões e as transições da adolescência e da vida jovem para a adulta, delineando trajetórias

que podem ser consideradas mais tradicionais ou contemporâneas, como já foi discutido anteriormente. Para tanto, cinco eventos, que por sua vez são contemplados pelo questionário, foram balizadores ao se pensar essas trajetórias: a saída da escola, o ingresso no mercado de trabalho, a saída da casa dos pais, a formação de um novo lar e o nascimento do primeiro filho.

Todos os dados desse levantamento quantitativo foram digitados no CSPRO (*Census and Survey Processing System*), um pacote de software de domínio público utilizado para entrada, edição, tabulação e divulgação de dados de censos e pesquisas. A análise dessas informações foi bi-variada, de caráter descritivo e analítico, utilizando o pacote SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*).

Para realizar as análises recorreremos à exposição de tabelas de frequências e tabelas de contingências (dupla entrada de variáveis). Para as tabelas de contingências com cruzamentos de duas variáveis, procedemos com o uso de testes de hipóteses não-paramétricos, adequados à interpretação destas tabelas, como os testes Qui-quadrado e o coeficiente V de Cramér (LEVIN; FOX, 2004). Foram elaboradas tabelas descritivas, utilizando-se as frequências em números absolutos e percentuais. Algumas características das adolescentes (15 a 19 anos) foram comparadas com as jovens das demais faixas etárias (20 a 24 e 25 a 29 anos), bem como foram feitas comparações entre as mulheres mães e não mães, casadas/unidas, separadas/divorciadas ou solteiras, controlando-se sempre pelo município de residência. Por ser não amostral, o uso dos testes não se refere a qualquer tentativa de generalização, mas ainda assim é apropriado utilizar suas potencialidades para a compreensão de diferenças e associações entre conjuntos de dados.

O teste Qui-quadrado possibilita compreender se em dois conjuntos de dados, entendidos como populações distintas e independentes, existem diferenças nas frequências relativas de uma determinada característica. Então, decorrem duas hipóteses: a) hipótese nula: a frequência relativa, ou porcentagem, da característica na população não difere da frequência relativa, ou porcentagem, da mesma característica na população; b) hipótese de pesquisa: a frequência relativa, ou porcentagem, da característica na população difere da frequência relativa, ou porcentagem, da mesma característica na população. Este teste é conhecido como teste Qui-quadrado de dois critérios (LEVIN; FOX, 2004).

O coeficiente V de Cramér possibilita compreender o quanto duas variáveis dispostas em uma tabela de contingência possuem de associação entre si. Seu resultado, que varia de 0 a 1, somente expressa algum sentido se o valor do observado for maior do que o valor do – Qui-quadrado crítico. (LEVIN; FOX, 2004). Neste trabalho, adotamos a seguinte leitura para os valores do coeficiente V de Cramér: valores iguais a 0,000, não há associação; valores de 0,001 até 0,100, indicam associação fraca; valores de 0,101 até 0,300, indicam associação moderada fraca; valores de 0,301 até 0,600, indicam associação moderada forte; valores de 0,601 a 0,999, indicam associação forte; e valores iguais a 1, indicam associação perfeita.

4.1 O contexto da pesquisa: principais referências da população em estudo

Ao focalizar os municípios de Betim, Teófilo Otoni e Varginha como unidades de análise, estamos considerando suas delimitações para além de suas fronteiras físicas. Isto quer dizer que a escolha das unidades espaciais não se deu apenas em função de termos um recorte disponível para a coleta de dados, mas sobretudo pelas características históricas e sociodemográficas de cada uma dessas cidades. Lembramos que o objetivo da pesquisa, é que fosse realizada em municípios urbanos, de porte médio, contemplando contextos metropolitanos e não metropolitanos, além de diferentes regiões do estado de Minas Gerais. Vale ressaltar que outros grandes estudos sobre saúde reprodutiva entre adolescentes e jovens (especialmente sobre gravidez na adolescência) foram todos feitos nas capitais, com quase nenhum estudo feito em pequenas cidades fora das regiões metropolitanas. Além disso, os dados provenientes da PNAD (Pesquisa Nacional de Domicílios) só são desagregados para a área metropolitana, por isso não se tem muita informação do que está acontecendo nessas áreas urbanas menores. Tendo isso exposto, abaixo apresentamos uma breve descrição histórica, de cada cidade, com base em informações do IBGE.

O distrito de Betim foi criado em 7 de setembro de 1923, com terras desmembradas do distrito de Capela Nova, subordinado ao município de Santa Quitéria. Em 1938 foi elevado à categoria de município. Em 2010, Betim, que nesta pesquisa representa o contexto metropolitano, contava com 379.089 habitantes,

entre os quais 375.331 residentes em área urbana, ou seja, um município quase 100% urbano (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo 2010).

No nordeste do estado de Minas Gerais, está localizado o município de Teófilo Otoni, cujos primeiros habitantes foram indígenas descendentes dos Tapuias. A abertura de estradas, o estabelecimento da navegabilidade do Rio Mucuri e a vinda de numerosos colonos portugueses, holandeses, belgas, franceses, chineses e alemães, marcaram o início do desenvolvimento de Teófilo Otoni, que foi elevado à categoria de vila em 1878. A região, hoje conhecida como Vale do Mucuri, é uma das mais pobres e menos urbanizadas do estado. No recenseamento de 2010 Teófilo Otoni contava com 134.745 habitantes, sendo 110.076 residentes em área urbana (mais de 80%).

A extração de ouro nos córregos, embora de curta duração, iniciou a economia do município de Varginha, substituída pela cana-de-açúcar e pelo café, que, a partir de 1885, teve grande acolhida. Em 1888, imigrantes toscanos, lombardos e venetos procedentes, em sua maioria, de campos e aldeias, radicaram-se no local, dedicando-se à indústria, ao comércio e à agricultura. Hoje a cidade é um importante centro agropecuário e industrial da região sul mineira (uma das mais prósperas do país), principalmente pelo comércio e exportação do café para outros países. Sendo a terceira maior cidade da região, apresenta alto grau de urbanização e é importante pólo regional, principalmente nas áreas de educação, saúde, esportes e cultura. Segundo o IBGE, o município contava, em 2010, com 123.081 habitantes, entre os quais, 119.061 residentes em área urbana (mais de 96%).

Quanto à economia, Betim, a 5ª cidade mais urbanizada do estado (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/2008), é bastante industrializada – 58% da receita do município vem da indústria, 41% dos serviços e apenas 1% da agropecuária – principalmente em função da refinaria Gabriel Passos e da Fiat Automóveis, instaladas na região nas décadas de 1960 e 1970, respectivamente. Já Teófilo Otoni, sendo considerado pólo regional e capital mundial das pedras preciosas, se destaca no setor de serviços, que representa 77% da receita do município. 18% vem da indústria e 5% da agropecuária. Varginha também se destaca no setor de serviços, responsável por 72% da receita da cidade, porém dispõe de um Porto Seco - Estação Aduaneira do Interior – que atua na área de comércio exterior, o que dinamiza a economia da região. 26% da receita vem da indústria e apenas 2% da agropecuária.

Tabela 1 - População total, população urbana e receita dos municípios de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2009, 2010.

	Betim	Teófilo Otoni	Varginha
População total	379.089	134.745	123.081
População urbana	99%	81,6%	96,7%
Receita (indústria)	58%	18%	26%
Receita (serviços)	41%	77%	72%
Receita (agropecuária)	1%	5%	2%

Fontes: BRASIL, 2009/2010

Ainda em relação à economia, Betim, ocupa o 16º lugar no ranking das cidades mais ricas do país (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/2008). Porém, quanto à renda per capita, a cidade fica no 43º lugar, apresentando forte desigualdade e má distribuição da renda. Quanto ao PIB (Produto Interno Bruto), o valor a preços correntes no ano de 2009, de acordo com o IBGE, foi de R\$ 25.183.730.000,00, o que corresponde a R\$57.009,27 per capita. Da receita orçamentária total, 13% é de transferência da União e 57% transferência do Estado (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009). A incidência da pobreza, segundo o mapa da pobreza e desigualdade dos municípios brasileiros publicado em 2003 era de 17,41%. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003) e o IDH, (Índice de Desenvolvimento Humano) é de 0,775, estando em 138º lugar no ranking estadual (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/ Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas/ Fundação João Pinheiro, 2003)

Em outro extremo, Teófilo Otoni ocupa a 346ª posição no ranking das cidades mais ricas do país (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/2008). Quanto ao PIB, segundo o IBGE, o valor a preços correntes no ano de 2009, foi de R\$ 1.154.886.000,00, o que corresponde a R\$8.848,55 per capita. Da receita orçamentária total, 51% é de transferência da União e 14% do Estado (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009). A incidência da pobreza é de 37,8%. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Censo 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003) e o IDH do município é 0,742, estando em 343º lugar no ranking estadual (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/ Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas/ Fundação João Pinheiro, 2003).

Estes índices demonstram a precariedade do município de Teófilo Otoni, quando comparado a Betim, que apesar de ser um município periférico, com grande desigualdade social e má distribuição da renda, tem indicadores de qualidade de vida bastante superiores.

Por outro lado, Varginha, apesar de ser bastante menor que Teófilo Otoni em termos de população, ocupa a 153ª posição no ranking das cidades mais ricas do país. Quanto ao PIB (Produto Interno Bruto), o valor a preços correntes no ano de 2009, foi de R\$ 3.046.304.000,00, o que corresponde a R\$25.013,79 per capita. Quanto às finanças públicas, 19% da receita orçamentária é de transferência da União e 32% de transferência do Estado. Nota-se que Varginha é o município com menor percentual de receita oriunda de transferência estadual e federal, dada a prosperidade da dinâmica econômica da cidade, que tem grande parte da receita através de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), ISS (Imposto Sobre Serviços), ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Intervivos), entre outros. A incidência da pobreza é de 16,05% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares, 2002/2003), a menor dos três municípios, e o IDH, o mais alto, medido em 0,824, o que a coloca em 11º no ranking estadual (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/ Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas/ Fundação João Pinheiro, 2003)

Tabela 2 - Finanças municipais, renda e pobreza em Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2003, 2008, 2009.

	Betim	Teófilo Otoni	Varginha
Ranking das cidades mais ricas do país -2008	16º	346º	153º
PIB Per Capita - 2009	R\$57.009,27	R\$8.848,55	R\$25.013,79
Receita orçamentária (transferência da União) - 2009	13%	51%	19%
Receita orçamentária (transferência do Estado) -2009	57%	14%	32%
Incidência da pobreza - 2003	17,41%	37,8%	16,05%
IDH - 2003	0,775	0,742	0,824
IDH (posição no ranking estadual) - 2003	138º	343º	11º

Fontes: BRASIL, 2003/2008/2009

Betim possui 112.693 domicílios particulares ocupados, entre os quais, 11,5% são em aglomerados subnormais. A média é de 3,3 moradores por domicílio. 98% das residências tem abastecimento de água (rede geral), 99,8% tem energia elétrica, 98,8% tem banheiro de uso exclusivo do domicílio, 98,4% tem o lixo coletado por serviço de limpeza. Quanto a cor/raça, 33% da população residente é branca, 11% é

preta, 55% é parda, 0,6% amarela e 0,4% indígena (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo 2010). O município apresenta 186.352 homens e 191.737 mulheres, o que representa 49% e 51%, respectivamente (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo 2010). Fazendo uma análise retrospectiva do município, o que se percebe é que Betim vem crescendo ano a ano, embora o ritmo de crescimento tenha desacelerado consideravelmente na última década. A cidade tinha, de acordo com o IBGE, 170.934 moradores em 1991, aumentando para 306.675 em 2000 e atualmente conta com 379.089.

Teófilo Otoni possui 40.431 domicílios particulares ocupados. A média também é de 3,3 moradores por domicílio. 83,7% das residências tem abastecimento de água (rede geral), 99,7% tem energia elétrica, 97,3% tem banheiro de uso exclusivo do domicílio, 71,9% tem o lixo coletado por serviço de limpeza. Quanto a cor/raça, 26,5% da população residente é branca, 11,3% é preta, 61% é parda, 0,8% amarela e 0,1% indígena (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo 2010). 64.466 dos residentes são homens e 70.279 são mulheres, o que representa, 48% e 52%, respectivamente (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo 2010). Quanto ao crescimento demográfico, o que se percebe é que Teófilo Otoni oscila nos números da população residente, o que pode estar associado ao caráter migratório da região. A cidade tinha, de acordo com o IBGE, 140.833 moradores em 1991, reduziu para 129.424 em 2000 e atualmente conta com 134.745.

Varginha possui 37.546 domicílios particulares ocupados, de acordo com o IBGE/Censo 2010. A média é de 3,2 moradores por domicílio. 96,4% das residências tem abastecimento de água (rede geral), 99,9% tem energia elétrica, 99,8% tem banheiro de uso exclusivo do domicílio, 96,8% tem o lixo coletado por serviço de limpeza. Quanto a cor/raça, Varginha é o único dos três municípios, com população residente declarada branca, maior que a parda. Sendo 58,4% do primeiro grupo e 31,7% do segundo. 9,1% é preta, 0,5% amarela e 0,05% indígena. Neste município, 49% (59.957) dos residentes são homens e 51% (63.124) são mulheres. Em consonância com o que vem ocorrendo em Betim, ainda que em menores proporções, Varginha também vem crescendo ano a ano, porém com ritmo de crescimento desacelerado. A cidade tinha 88.022 moradores em 1991, passou para 108.998 em 2000 e chegou ao número atual, com crescimentos de 2,81%, 2,43% e, agora, 1,19%.

Tabela 3 - Características gerais dos domicílios e da população de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2010.

	Betim	Teófilo Otoni	Varginha
Média de moradores por domicílio	3,3	3,3	3,2
Abastecimento de água (rede geral)	98%	83,7%	96,4%
Energia elétrica	99,8%	99,7%	99,9%
Banheiro de uso exclusivo do domicílio	98,8%	97,3%	99,8%
Coleta de lixo por serviço de limpeza	98,4%	71,9%	96,8%
População sexo masculino	49%	48%	49%
População sexo feminino	51%	52%	51%
População branca	33%	26,5%	58,4%
População parda	55%	61%	31,7%
População preta	11%	11,3%	9,1%
População amarela	0,6%	0,8%	0,5%
População indígena	0,4%	0,1%	0,05%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

Ainda em relação ao perfil demográfico, apresentamos abaixo informações dos três municípios, por grupo quinquenal e sexo:

Tabela 4 - Perfil demográfico por sexo e grupo quinquenal, em Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2010.

População residente	Betim		Teófilo Otoni		Varginha	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	14.362 (3,70%)	13.833 (3,65%)	4.706 (3,49%)	4.594 (3,41%)	3.797 (3,08%)	3.869 (3,14%)
5 a 9 anos	15.188 (4,01%)	14.800 (3,90%)	5.251 (4,10%)	5.106 (3,79%)	4.112 (3,34%)	4.138 (3,36%)
10 a 14 anos	18.080 (4,77%)	17.794 (4,69%)	6.031 (4,48%)	5.953 (4,42%)	4.986 (4,05%)	4.922 (4,00%)
15 a 19 anos	17.749 (4,68%)	17.232 (4,55%)	5.984 (4,44%)	5.988 (4,44%)	5.092 (4,14%)	5.013 (4,07%)
20 a 24 anos	18.034 (4,76%)	18.110 (4,78%)	5.787 (4,29%)	6.251 (4,64%)	5.405 (4,39%)	5.450 (4,43%)
25 a 29 anos	18.038 (4,76%)	18.848 (4,97%)	5.533 (4,11%)	5.960 (4,42%)	5.580 (4,53%)	5.696 (4,63%)
30 a 34 anos	17.053 (4,50%)	17.538 (4,63%)	5.072 (3,76%)	5.569 (4,13%)	5.319 (4,32%)	5.596 (4,55%)
35 a 39 anos	14.482 (3,82%)	14.951 (3,94%)	4.508 (3,35%)	5.073 (3,76%)	4.472 (3,63%)	4.723 (3,84%)
40 a 44 anos	13.408 (3,54%)	13.820 (3,65%)	4.431 (3,29%)	4.692 (3,48%)	4.348 (3,53%)	4.491 (3,65%)
45 a 49 anos	11.134 (2,94%)	12.426 (3,28%)	4.031 (2,99%)	4.354 (3,23%)	4.096 (3,33%)	4.434 (3,60%)
50 a 54 anos	9.786 (2,58%)	10.296 (2,72%)	3.423 (2,54%)	3.715 (2,76%)	3.817 (3,10%)	4.160 (3,38%)
55 a 59 anos	7.032 (1,85%)	7.380 (1,95%)	2.687 (1,99%)	3.171 (2,35%)	3.065 (2,49%)	3.268 (2,66%)
60 a 64 anos	4.505 (1,19%)	4.888 (1,29%)	2.071 (1,54%)	2.641 (1,96%)	2.137 (1,74%)	2.268 (1,84%)
65 a 69 anos	3.017 (0,80%)	3.430 (0,90%)	1.706 (1,27%)	2.224 (1,65%)	1.380 (1,12%)	1.676 (1,36%)

70 a 74 anos	2.056 (0,54%)	2.708 (0,71%)	1.352 (1,00%)	1.801 (1,34%)	1.029 (0,84%)	1.297 (1,05%)
75 a 79 anos	1.276 (0,34%)	1.723 (0,45%)	997 (0,74%)	1.366 (1,01%)	661 (0,54%)	943 (0,77%)
80 anos ou mais	1.152 (0,30%)	1.960 (0,52%)	986 (0,73%)	1.821 (1,35%)	661 (0,54%)	1.180 (0,96%)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

Em relação às mulheres em idade reprodutiva – 15 a 49 anos – apresentamos abaixo a proporção da população residente nos três municípios, também distribuída em grupos quinquenais:

Tabela 5 - População de mulheres residentes, entre 15 e 49 anos, por grupo quinquenal, em Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2010.

População de mulheres residentes	Betim	Teófilo Otoni	Varginha
15 a 19 anos	17.232 (15,2%)	5.988 (15,8%)	5.013 (14,1%)
20 a 24 anos	18.110 (16%)	6.251 (16,4%)	5.450 (15,3%)
25 a 29 anos	18.848 (16,6%)	5.960 (15,7%)	5.696 (16%)
30 a 34 anos	17.538 (15,5%)	5.569 (14,6%)	5.596 (15,8%)
35 a 39 anos	14.951 (13,2%)	5.073 (13,3%)	4.723 (13,3%)
40 a 44 anos	13.820 (12,2%)	4.692 (12,3%)	4.491 (12,6%)
45 a 49 anos	12.426 (11%)	4.354 (11,4%)	4.434 (12,5%)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

Em relação à educação, 86% da população residente em Betim é alfabetizada, entre os quais, 7% tem entre 5 e 9 anos de estudo e 93% tem 10 anos ou mais. Entre a população com 15 anos ou mais de idade, há 5,3% de analfabetos. Betim possui 243 estabelecimentos de ensino (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/2009), sendo 116 escolas de ensino fundamental (26 privadas e 90 públicas), 31 escolas de ensino médio (3 privadas e 28 públicas) e 96 escolas de ensino pré-escolar. Dividindo o número de estabelecimentos de ensino pela população residente entre 0 e 19 anos, tem-se uma média de 531 pessoas por escola. Quanto aos estabelecimentos de saúde, Betim possui 179 unidades, sendo 73 públicas e 106 privadas, o que dá, em média de 2.117 moradores por estabelecimento.

Em relação a Betim, Teófilo Otoni tem uma porcentagem de analfabetismo um pouco maior – 80% da população residente é alfabetizada – entre os quais, 7% tem

entre 5 e 9 anos de estudo e 93% tem 10 anos ou mais. Entre a população com 15 anos ou mais de idade, há 13% que não sabem ler e escrever (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo 2010). O município possui 175 estabelecimentos de ensino, o que representa 249 pessoas, de 0 a 19 anos, por escola. São 100 escolas de ensino fundamental (81 públicas e 19 privadas), 25 de ensino médio (17 públicas e 8 privadas) e 50 de ensino pré-escolar (32 públicas e 18 privadas). Em relação aos estabelecimentos de saúde, Teófilo Otoni possui 99 unidades, sendo 39 públicas e 60 privadas, tendo então uma média de 677 moradores por estabelecimento.

Entre os municípios aqui apresentados, Varginha apresenta os melhores índices educacionais. 89% da população residente é alfabetizada, entre os quais, 6% tem entre 5 e 9 anos de estudo e 94% tem 10 anos ou mais. Entre a população com 15 anos ou mais de idade, há 4,7% que não sabem ler e escrever. O município possui 127 estabelecimentos de ensino, sendo 55 de ensino fundamental (32 públicas e 23 privadas), 20 escolas de ensino médio (13 públicas e 7 privadas) e 52 de ensino pré escolar (25 privadas e 27 públicas), o que representa 69 moradores, de 0 a 19 anos, por escola. Também apresenta uma média menor de moradores por estabelecimento de saúde. Tendo 345 unidades, são 356 moradores, em média, por estabelecimento.

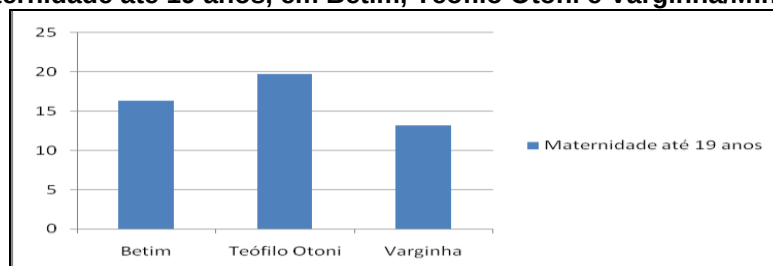
Vale ressaltar a forte disparidade encontrada entre os três municípios em relação aos números médios de moradores por estabelecimento de saúde e ensino. Varginha, também nesse ponto, conta com um cenário vantajoso em relação aos demais. Teófilo Otoni tem uma média maior que 50% em relação a Varginha, quando comparados os números médios de moradores por estabelecimento de saúde. Betim, por sua vez, impressiona com uma média de 2.117 moradores por estabelecimento de saúde. Essa aparente subcapacidade dos serviços de saúde pode estar associada à região onde está localizado o município, que estando a apenas 31 quilômetros de Belo Horizonte, pode encaminhar seus pacientes para atendimento e/ou tratamento médico na capital. O mesmo pode ocorrer em relação às escolas, já que Betim apresenta o maior número médio de moradores de 0 a 19 anos por estabelecimento de ensino. O menor número médio de moradores por estabelecimento de ensino e saúde encontrado em Varginha, pode estar associado ao acesso aos serviços privados, já que o município, como visto anteriormente, apresenta os melhores indicadores sociais e econômicos.

Tabela 6 - Educação e Saúde em Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2009/2010.

	Betim	Teófilo Otoni	Varginha
População residente alfabetizada	86%	80%	89%
População analfabeta com 15 anos de idade ou mais	5,3%	7%	4,7%
Número médio de moradores (0 a 19 anos) por estabelecimento de ensino	531	249	69
Número médio de moradores por estabelecimento de saúde	2.117	677	356

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2009.

Em relação ao tema que nos interessa neste trabalho, a maternidade na adolescência, ou seja, antes dos 20 anos de idade, dados do SINASC – Sistema de Informações de Nascidos Vivos –, nos fornece informações sobre nascimentos em cada microrregião do país¹. Em Betim, no ano de 2009, do total de nascimentos, foram registrados 16,3% cujas mães tinham menos de 20 anos, em Teófilo Otoni, 19,7% e em Varginha 13,2%, conforme pode ser observado no gráfico abaixo. Pelo exposto, observamos que os maiores índices de maternidade adolescente são encontrados na região urbana não metropolitana localizada em região mais carente do estado.

Gráfico 1 - Maternidade até 19 anos, em Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2009.

Fonte: BRASIL, 2009. Elaborado pela autora.

Para que se possa verificar o fenômeno da maternidade na adolescência, num intervalo de tempo maior, apresentamos abaixo, ainda segundo informações do SINASC, o índice de nascimentos de crianças vivas, cujas mães tinham menos de 20 anos de idade, em cada um dos municípios, em um período de 10 anos, sendo 2009 o ano mais recente de informações disponíveis. Observa-se que em Betim,

¹ No Brasil, 18,4% das mães tiveram filho antes dos 20 anos, e em Minas Gerais, 16,6%. Varginha e Betim seguem próximas à média do estado, e logo, abaixo da média nacional, enquanto Teófilo Otoni ultrapassa os dois índices. Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC – 2009.

apesar de moderada, houve uma tendência de queda no número de mães adolescentes, em Teófilo Otoni, uma leve oscilação dos números ao longo dos anos, em Varginha também houve uma pequena redução nos índices. Durante todo o período Teófilo Otoni apresentou a maior incidência de maternidade antes dos 20 anos, e Varginha a menor.

Tabela 7 - Proporção de nascimentos cujas mães tinham menos de 20 anos de idade, em Betim, Teófilo Otoni e Varginha/MG. 1999-2009.

	Betim	Teófilo Otoni	Varginha
1999	20,9%	23,3%	18,4%
2000	20,2%	24%	18%
2001	19,5%	24%	16,9%
2002	19%	23,7%	16,1%
2003	17,4%	22,7%	15,1%
2004	17,6%	23,3%	14,2%
2005	15,9%	23,2%	14%
2006	16,4%	22,7%	14,9%
2007	17,1%	21%	12,8%
2008	16,2%	21,1%	14,5%
2009	16,3%	19,7%	13,2%

Fonte: BRASIL, 1999-2009.

Outra informação relevante, é a taxa específica de fecundidade do grupo etário de 15 a 19 anos². Em Betim, essa taxa específica de fecundidade é de 0,0542, em Teófilo Otoni, 0,0657 e em Varginha, 0,0422. Os três municípios apresentam números menores que a taxa do Brasil, que é de 0,0714. Betim e Varginha também tem taxas menores que a média da região Sudeste, que é de 0,0561, enquanto Teófilo Otoni supera este índice (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo 2000. Sistema de Informações de Nascidos Vivos, 2000).

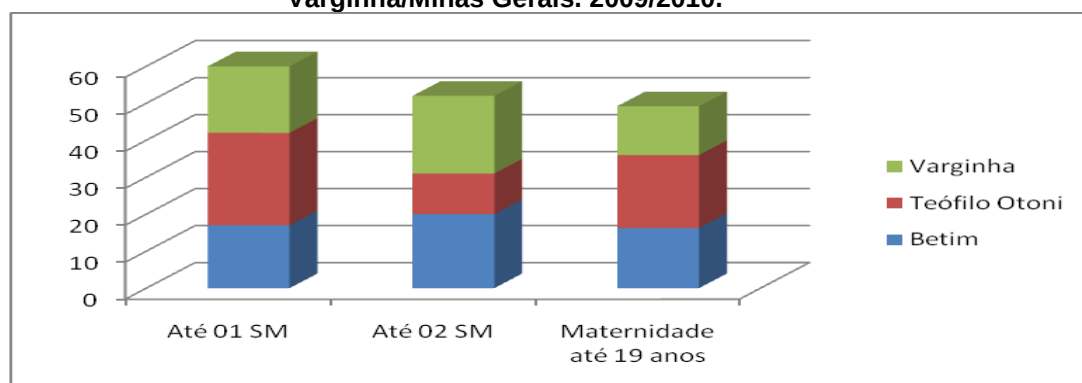
Além das informações sobre maternidade na adolescência, outros critérios, conforme foi supracitado, também foram relevantes na seleção dos municípios, e merecem ser aqui descritos. São eles: proporção da população feminina em cada grupo etário, conforme apresentado anteriormente, e proporção de domicílios com renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos, conforme os dados do IBGE/Censo 2010. Em Betim, há 17.232 mulheres de 15 a 19 anos, 18.110 de 20 a 24 e 18.848 de 25 a 29 anos, o que representa, respectivamente, 4,5%, 4,7% e 4,9% da população total. Em Teófilo Otoni, os índices são bem próximos, 4,3% do

² Essa informação refere-se às informações do ano 2000, já que o SINASC ainda não divulgou os dados de 2010.

primeiro grupo, 4,2% do segundo e 4,1% do terceiro. Em Varginha, as mulheres de 15 a 19 anos representam 5% da população, de 20 a 24 anos 4,3% e 4,4% de 25 a 29 anos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo 2010).

Quanto à renda, em Betim, 1.508 (1,3%) domicílios vivem abaixo da linha da pobreza – até 1/2 salário mínimo – e 3.612 (3,2%) não tem nenhum rendimento. 13.315 (11,8%) domicílios, tem renda per capita de até um salário mínimo, e 27.162 (24%) até 2 salários. Teófilo Otoni, município localizado em região mais carente do estado, é o que concentra um número maior de domicílios vivendo abaixo da linha da pobreza, bem como também é maior o número de domicílios sem rendimento, sendo 3,2% e 4,3% dos domicílios, respectivamente. É alto também o índice de domicílios que vive com até 1 salário mínimo, 22%, e 26,7% tem rendimento de até dois salários. Já em Varginha, os indicadores são melhores. Um número menor de domicílios vive abaixo da linha da pobreza ou não tem nenhum rendimento, sendo 0,6% do primeiro grupo e 1,4% do segundo. Também é menor o índice de domicílios com rendimento médio mensal de até um salário mínimo, 8%. 18,5% tem rendimento médio mensal de até dois salários (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo 2010). Essas informações nos remetem ao que foi discutido anteriormente – a relação do estrato socioeconômico com a prevalência de maternidade na adolescência – já que Teófilo Otoni, município com renda mais baixa, majora o índice de maternidade na adolescência, ultrapassando, inclusive, as médias estadual, regional e nacional, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Renda e Maternidade até 19 anos de idade, em Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2009/2010.



Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. BRASIL, 2009. Elaborado pela autora.

5 RESULTADOS

As jovens entrevistadas nos três diferentes universos apresentam uma caracterização socioeconômica bastante homogênea, como poderemos observar na Tabela 8. Em Betim, município periférico da região metropolitana de Belo Horizonte, as respondentes declararam uma renda mensal média bastante baixa, como seria esperado para a região. O mesmo ocorre em Teófilo Otoni. A maioria dos domicílios, em ambas as cidades, tem o rendimento mensal familiar entre 1 e 2 salários mínimos. Já em Varginha, a maioria dos domicílios se concentra no perfil mais alto de renda, acima de 3 salários mínimos, o que pode ser explicado pela região onde está localizada a cidade.

Com uma média de quatro pessoas vivendo em cada domicílio, a renda média mensal per capita ficou em torno de R\$293. Contudo, os dados mostram que apesar das respondentes, das três cidades, serem de baixa renda, as condições de vida denotam certa estabilidade: a maioria delas vive com seus familiares em residências próprias. Embora pequenas (cinco cômodos em média), suas casas são de alvenaria e com revestimento, e a grande maioria tem acesso a eletricidade, água tratada e encanada, sistema de esgoto e coleta do lixo. Além disso, a renda média mensal familiar e a renda per capita média no município de Varginha é consideravelmente mais alta que nos outros dois municípios.

Quanto à chefia da família, percebe-se que a maioria dos domicílios tem chefia masculina, seja o pai ou o parceiro, sendo Varginha o município com mais jovens que vivem sob a chefia do pai (37%). As residentes em Betim foram as que mais declararam chefia do parceiro. Os domicílios chefiados pelo pai ou padrasto, são os que concentram o maior número com renda de três ou mais salários mínimos (44%), seguidos dos domicílios chefiados pelo marido ou companheiro da entrevistada, entre os quais, 32,5% tem rendimento médio mensal entre dois e três salários mínimos. Entre os chefiados pela mãe ou madrastra, a maioria tem rendimento médio mensal entre um e dois salários mínimos (33%). Nessa mesma faixa se concentra os domicílios chefiados pela própria entrevistada (40,5%). Esses dados nos reportam ao que foi discutido anteriormente – a relação desigual de gênero no mercado de trabalho e no acesso a bens e serviços.

Tabela 8 - Características socioeconômicas e demográficas de adolescentes e mulheres jovens, de 15 a 29 anos, moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2011.

	Média ou percentual (%)		
	Betim 4	Teófilo Otoni 4	Varginha 5
Numero médio de pessoas por domicílio			
Chefe da família			
Pai	31%	32%	37%
Mãe	15%	21%	19%
Marido/parceiro	31%	28%	28%
Jovem entrevistada	11%	8%	7%
Padrasto	2%	1%	3%
Outro parente	10%	13%	5%
Características do domicílio			
Próprio pago	65%	67%	55%
Próprio em pagamento	4%	7%	3%
Alugado	17%	19%	27%
Cedido	13%	13%	15%
Alvenaria com revestimento	82%	83%	80%
Número médio de cômodos	5	5	6
Coleta de lixo	99%	99%	100%
Energia elétrica	99%	100%	100%
Água tratada	100%	98%	100%
Água canalizada	100%	95%	98%
Rede de esgoto	95%	85%	99%
Rendimento médio mensal familiar	R\$1.130,00	R\$900,00	R\$1.472,50
Rendimento médio mensal per capita	R\$283,00	R\$237,00	R\$360,00
Rendimento mensal familiar agregado			
Até 1 salário mínimo	15%	26%	7%
De 1 a 2 salários mínimos	30%	34%	23%
De 2 a 3 salários mínimos	27%	24%	31%
Acima de 3 salários mínimos	29%	16%	39%
Bens de consumo do domicílio			
Rádio	85%	81%	89%
TV	97%	98%	98%
Microondas	39%	25%	39%
Máquina de lavar roupas	46%	31%	45%
Geladeira	97%	97%	100%
Telefone celular	95%	93%	99%
Telefone fixo	41%	44%	34%
Computador	49%	49%	51%
Acesso a internet na casa (entre os que tem pc)	70%	79,5%	74%
Motocicleta para uso particular	9%	29%	19%
Automóvel para uso particular	37%	17%	43%
Empregado(a) doméstico(a)/diarista/mensalista	2%	1%	1%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pela autora.

Apesar da pobreza encontrada nos bairros e setores pesquisados em cada uma das cidades, o fácil acesso às linhas de crédito resulta na alta presença de bens de consumo em todas as casas: a maioria delas tem uma TV, um rádio, um refrigerador e telefones celulares. Ainda é menor o acesso a máquina de lavar. Alguns tem uma motocicleta ou um carro para uso particular. Cerca da metade dos domicílios, nas três cidades, tem computador, e entre os que tem, é alto o número de casas com acesso à internet. Estes dados mostram que, embora estejam

localizadas em regiões do estado bastante diferentes, as características socioeconômicas e demográficas dos três municípios não são muito díspares. Na verdade, coexiste na mesma cidade, famílias com níveis muito diferentes de potencialidade de ganho e acesso aos recursos econômicos e sociais.

Em relação às características socioeconômicas das entrevistadas, apresentadas na Tabela 9 (abaixo), em Betim e Teófilo Otoni a maioria se declarou parda, já em Varginha as brancas são maioria (de acordo com as categorias de cor/raça utilizadas pelo censo brasileiro IBGE – branco, pardo, preto amarelo ou indígena). Em Betim, somente 20% identificaram-se como brancas, e em Teófilo Otoni apenas 13%, que são justamente os dois municípios que apresentaram menor renda familiar. Esses dados também são outro forte indicativo do nível de desigualdade social. A segregação racial reflete a grande correlação entre pobreza e questão racial no Brasil, com a grande maioria da população negra vivendo abaixo da linha da pobreza (CHACHAM et al, 2008).

De uma forma geral, nos três municípios, no momento da entrevista pouco mais de um terço das mulheres estava casada ou unida. Quando se desagrega esses dados por grupos de idade, se encontra que entre as adolescentes (15 a 19 anos de idade), em Varginha, somente 4% estava casada ou unida naquele momento, e em Teófilo Otoni 6%. Já em Betim o a porcentagem sobre para 12%. No segundo grupo etário (20 a 24 anos), Betim segue majorando o índice de casadas/unidas (48%), seguido de Varginha (38%) e Teófilo Otoni (36%). Entre as mulheres de 25 a 29 anos, 66% das de Varginha são casadas, e em Teófilo Otoni e Betim os números são 62% e 58%, respectivamente. Estas proporções estão próximas da média nacional, de acordo com a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde – PNDS, 2006, que é de 64%. Entre aquelas respondentes que não estavam casadas ou unidas no momento da entrevista, de uma forma geral, menos da metade estava namorando, sendo em Betim 43%, 54% em Teófilo Otoni e 41% em Varginha. Entre as que não estavam nem casadas, nem namorando no momento da entrevista, os dados são mais heterogêneos. Em Varginha 20% das entrevistadas nunca namorou, número que sobre para 29% em Betim e 40% em Teófilo Otoni.

Quando perguntadas pela religião na qual nasceram, nos três municípios, quase 70% citou o catolicismo. Já na religião atual declarada, foi encontrada também uma predominância de católicas entre as respondentes, embora apenas Varginha, com 74% de católicas, supera o índice nacional, que é de 65% de

católicos, de acordo com o IBGE (2010). Em Teófilo Otoni e Betim esta porcentagem cai para 51% e 37%, respectivamente. As evangélicas/pentecostais compõem 21% da amostra, contra os 25% para a população geral encontrada no último censo (IBGE, 2010). Varginha, por ser predominantemente católica, contribuiu para puxar essa média para baixo. Apesar da presença da religião na vida dessas jovens, a maioria das entrevistadas (26%) disse não ter ido nenhuma vez à igreja no último mês. Entretanto apenas 11% da amostra declarou não pertencer a religião alguma, estando Betim acima dessa média, com 19% de mulheres sem religião. Entre as mulheres solteiras encontrou-se um número mais elevado de católicas (51%), em relação às evangélicas tradicionais e pentecostais (38%), e também um número maior de católicas em relação às casadas/unidas, entre as quais 46% se declarou católica e também 38%, evangélicas tradicionais e pentecostais. Também na tabela 9 pode-se observar que, embora a grande maioria delas, quando necessita, use o sistema público de saúde, há um grupo (28% em Betim, 21% em Teófilo Otoni e 39% em Varginha) que tem acesso aos serviços de saúde privada ou a seguro de saúde.

O nível de escolaridade das jovens entrevistadas, nos três municípios, nos mostra que elas não tem acesso à educação superior. Apenas 6% declarou ter curso superior e a maioria parou de estudar após concluir o Ensino Médio. Ao explorarmos os dados sobre a escolaridade, encontramos que entre as de 15 a 19 anos de idade, um número muito mais elevado (61%) ainda está estudando, entre as jovens de 20 a 24 anos, esse número cai para 25%, e entre as de 25 a 29, apenas 13%, como seria de se esperar. É importante observar que entre aquelas que não frequentaram escola no ano da pesquisa, 29% declarou não estar estudando por já ter completado o ensino médio, o que mostra que de fato, a continuação dos estudos não faz parte da realidade delas. A necessidade de cuidar dos filhos foi o segundo principal motivo por elas citado para não estarem estudando (23,5%).

Também digno de nota é o fato, de que entre as que não estão estudando e são solteiras, um número maior parou de estudar por ter terminado o segundo grau (39%) do que entre as casadas (20%). A probabilidade de terminar o ensino médio está diretamente ligada à renda da família: entre as que tem ensino médio completo, 40% tem renda familiar acima de três salários mínimos. Entre as que chegaram a concluir um curso superior, 50% encontram-se na faixa mais alta de renda.

De maneira geral, mais da metade das entrevistadas trabalharam na semana de referência – última semana do mês anterior ao da entrevista, sendo que a cidade com maior número de mulheres no mercado de trabalho é Varginha, com 59%. Em Betim e Teófilo Otoni os números são 50% e 51%, respectivamente. Considerando que é uma população com um nível de instrução razoavelmente elevado (11 anos de estudos), o tipo de ocupação e a remuneração, não condizem. A maioria delas (55%) são trabalhadoras de serviços (babás, domésticas, faxineiras, cabeleireiras, manicures, etc.). 14% são trabalhadoras de atendimento ao público e 13% são vendedoras ou prestadoras de serviço do comércio. As demais estão esparsamente distribuídas em outras ocupações. Estas profissões, além de oferecerem baixos salários, 1 salário mínimo, em média, oferecem também poucas possibilidades de ascensão.

Entre as mais jovens, (15 a 19 anos), o número de mulheres que trabalharam é bastante alto (58%), com especial destaque a Teófilo Otoni (65%), seguido de Varginha (61%) e Betim (48%). No segundo grupo etário (20 a 24 anos), o índice médio de mulheres exercendo alguma atividade remunerada cai para 50%. Entre este grupo, Varginha apresenta o maior número de mulheres trabalhando (57%), Teófilo Otoni, 49% e Betim, 44%. Entre as mulheres de 25 a 29 anos, 54% das entrevistadas, considerando o universo das três cidades, trabalhou na semana de referência, sendo 58% em Varginha, 55% em Betim e 48% em Teófilo Otoni. O fato de o número de mulheres trabalhando ter sido inversamente proporcional aos grupos etários, pode indicar que entre as mais velhas, entre as quais há um número maior de casadas e mães, os cuidados domésticos e com os filhos dificultam o acesso ao mercado de trabalho. Entre as mulheres casadas, a maioria não trabalha (57%). O mesmo ocorre entre as separadas/divorciadas (58%). Já entre as solteiras, 62% estava trabalhando no momento da entrevista.

Entre as que trabalham no setor privado (87%), 69% tem carteira assinada. Em Teófilo Otoni esse número cai para 60%, em Betim permanece 69% e em Varginha aumenta para 74%. Ao fazermos a análise por grupo etário, entre as adolescentes que estavam trabalhando, os mesmos 87% era no setor privado, e entre estas, 47% tem carteira assinada. Entre as jovens do segundo grupo etário, 89% trabalha no setor privado, entre as quais 64% de carteira assinada. No grupo de mulheres de 25 a 29 anos, também 87% das que estavam trabalhando estava no setor privado, sendo 85% de carteira assinada. Percebe-se que as mulheres mais

jovens, a despeito de estarem participando mais do mercado de trabalho, são as que de fato tem uma inserção mais precária.

Tabela 9 - Características socioeconômicas e demográficas de adolescentes e mulheres jovens, de 15 a 29 anos, moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2011.

	Média ou percentual (%)		
	Betim	Teófilo Otoni	Varginha
Cor/raça	20%	13%	41%
Branças	53%	61%	34%
Pardas	25%	25%	23%
Pretas	3%	2%	1%
Outras			
Escolaridade	10%	9%	10%
Até 5ª série	27%	25%	27%
Entre a 6ª e 9ª séries	25%	32%	22%
Entre 1º e 2º anos do ensino médio	33%	25%	35%
Ensino médio completo/técnico	5%	8%	6%
Superior			
Frequenta(ou) escola este ano	35%	43%	36%
Sairam da escola por motivo de gravidez/filhos/casamento	40%	30%	30%
Tem planos de voltar a estudar	78%	77%	72%
Principal motivo para não voltar a estudar (entre as que desejam voltar)	18%	7,5%	16%
Precisa trabalhar	42%	30%	37%
Por causa dos filhos	25%	36%	24%
Não pode pagar	6%	7,5%	6%
Não gosta de estudar	1%	6%	7%
Não vê necessidade de estudar	8%	13%	10%
Outros			
Trabalho remunerado na semana de referência	50%	51%	54%
Acesso a serviço de saúde			
SUS (serviço público de saúde)	72%	79%	61%
Seguro saúde/setor privado	28%	21%	39%
Religião			
Católica	31%	49%	67%
Evangélica/Pentecostal	27%	24%	13%
Protestante	20%	15%	14%
Espírita	1%	1%	1%
Sem religião	20%	8%	4%
Estado conjugal			
Casada ou unida	39%	35%	36%
Separada/viúva	3%	2%	4%
Solteira	57%	63%	60%
Idade média na primeira união (entre as que estão casadas)	19	19	19

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pela autora.

72% das mais jovens são trabalhadoras dos serviços, 14% são trabalhadoras de atendimento ao público e 9% são vendedoras ou prestadoras de serviço do comércio. A remuneração média entre elas é de R\$270,00. Entre as de 20 a 24 anos, 54% são trabalhadoras dos serviços, 16% são vendedoras ou prestadoras de serviço do comércio e 13% são trabalhadoras de atendimento ao público. A remuneração média é de R\$545,00. No grupo de mulheres de 25 a 29 anos, 46% são trabalhadoras dos serviços, 15% são trabalhadoras de atendimento ao público e 13% são vendedoras ou prestadoras de serviço do comércio. A remuneração média entre elas sobe para R\$600,00. 47% das entrevistadas não trabalharam na semana de referência e 43% não tem nenhuma fonte de renda.

Uma análise dos dados referentes aos parceiros dessas jovens, mostra um contraste marcante. Sendo em média oito anos mais velhos que suas parceiras, e com 10 anos em média de anos de estudo (um ano a menos que elas), 92% deles estão trabalhando, entre os quais 69,5% com carteira assinada. A renda média é de R\$750,00 (maior do que a renda média das jovens mais velhas). Quando se considerou os tipos dos trabalhos que estes homens exercem, foram encontradas ocupações muito mais diversas e com melhor potencial de remuneração.

Tabela 10 - Principais características dos parceiros de adolescentes e mulheres jovens, de 15 a 29 anos, moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2011.

Características do parceiro (idade média)	29	30	29
Escolaridade			
Até 5ª série	12%	27%	20%
Entre a 6ª e 9ª séries	25%	17%	26%
Entre 1º e 2º anos do ensino médio	17%	11,5%	15%
Ensino médio completo/técnico	42%	42,5%	31,5%
Superior	0%	0%	7,5%
NS/Cor/raça:	3%	2%	0%
Brancos	17%	14%	49%
Pardos	52,5%	49%	30%
Pretos	27%	37%	19%
Outras	3,5%	0%	2%
Trabalhando	95%	90%	91%
Religião atual			
Católica	37%	51%	74%
Evangélica/Pentecostal	29%	23,5%	7%
Protestante	14%	8%	7%
Espírita	2%	0%	2%
Sem religião	19%	16%	9%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pela autora.

Como pode ser observado na tabela 11, abaixo, o número de jovens que já fez sexo é bem próximo nos três municípios, 77% em média. Também são próximos os índices de idade na primeira relação (16 anos em média), idade média do parceiro com quem teve a primeira relação (20 anos), com quem foi a primeira relação, sendo 74% dos casos com o namorado, e uso da camisinha na primeira relação (73%). Diferença substantiva foi encontrada entre as que usaram algum outro contraceptivo (que não a camisinha) na primeira relação, sendo em Betim 43% dos casos, e em Teófilo e Varginha, apenas 29% e 30%, respectivamente, o que pode estar associado à discussão sobre tradicionalismo já suscitada anteriormente. Em Betim, por estar localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, provavelmente o acesso aos métodos, seja para comprar, ou via serviço público de saúde, é mais fácil e/ou menos constrangedor, já que em regiões interioranas os vínculos são mais coesos, e logo, é maior o controle externo. Volta-se a elucidar, neste ponto, pesquisa realizada por Lacerda e Diaz (2008), que identificou que maiores níveis de demanda insatisfeita por contracepção de mulheres em idade reprodutiva, estão relacionados a residência em cidades interioranas.

Nos três municípios, a idade média da primeira gravidez, é ainda na adolescência (média de 18 anos). Betim, talvez também em função da dinâmica menos tradicional, o que acaba por facilitar a demanda por contraceptivos e o planejamento familiar, é a cidade que tem a idade média à primeira gravidez mais postergada – 19 anos. Em Teófilo Otoni, 18 anos, e em Varginha, 17. Entre as que já engravidaram, a maioria teve algum filho nascido vivo, embora em Varginha tenha 13% de mulheres que engravidaram e não tiveram filho, o que pode estar associado a abortos espontâneos ou provocados.

Tabela 11 - Trajetória reprodutiva de adolescentes e mulheres jovens, de 15 a 29 anos, moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2011.

	Média ou percentual (%)		
	Betim	Teófilo Otoni	Varginha
Já fez sexo	78%	75%	77%
Idade na primeira relação	16,5	17	16
Idade do parceiro	20	21	20
Com quem foi a primeira relação			
Marido/Companheiro	10%	6%	8%
Namorado	73%	78%	71%
Amigo	8%	8%	7%
Recém conhecido	4%	4%	5%
Outros	5%	4%	9%
Usou camisinha na primeira relação	73%	73%	73%
Usou algum outro contraceptivo na 1ª relação	43%	29%	30%
Experiência sexual e gravidez			
Tem vida sexual ativa e já engravidou	50%	45%	47%
Tem vida sexual ativa e nunca engravidou	28%	30%	30%
Nunca fez sexo	22%	25%	23%
Idade na primeira gravidez	19	19	18
Já teve filho nascido vivo (entre as que já engravidaram)	95%	98,5%	87%
Idade ao primeiro filho			
Até 19 anos	45%	42%	36%
Com 20 anos ou mais	19	19	18
Idade média ao primeiro filho	78%	70%	83%
Atualmente usa contraceptivo			
Usou camisinha na última relação	37%	42,5%	42%
Com quem foi a última relação			
Marido/Companheiro	52%	45%	47%
Namorado	33%	45%	36%
Amigo	4%	5%	8%
Recém conhecido	3%	2%	6%
Outros	8%	3%	3%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pela autora.

A seguir apresentamos as tabelas de contingências (dupla entrada de variáveis), para as quais procedemos com o uso de testes de hipóteses não-paramétricos, como os testes Qui-quadrado e o coeficiente V de Cramer. Nas tabelas 12, 13 e 14 comparamos as principais características das jovens de cada município dividida em grupos etários. Salientamos que, sendo 150 entrevistadas em cada cidade, foram 50 entrevistas em cada perfil (15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos de idade).

Nas demais tabelas, a análise foi feita entre as que foram mães ainda na adolescência, as que foram mães depois dos 19 anos e entre as que não tiveram filho, controlando-se sempre pelo município de residência. Foram contempladas as trajetórias de escola e trabalho (assalariado e doméstico) e comportamento sexual e reprodutivo, segundo indicadores de controle e violência do parceiro, já que, o mesmo está consubstanciado nas relações de gênero.

Tabela 12 - Trajetória escolar entre adolescentes e mulheres jovens, por grupos etários, moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2011.

Principais características das entrevistadas por grupos etários	Betim (n=50)	Teófilo Otoni (n=50)	Varginha (n=50)	Betim (n=50)	Teófilo Otoni (n=50)	Varginha (n=50)	Betim (n=50)	Teófilo Otoni (n=50)	Varginha (n=50)
Faixa Etária	15-19 anos			20-24 anos			25-29 anos		
Escolaridade									
Até 5º série	14,0	4,0	14,0	4,0	8,0	2,0	12,0	16,0	14,0
Entre 6º e 9º do Fundamental	42,0	36,0	40,0	22,0	26,0	20,0	18,0	14,0	20,0
Entre 1º e 2º ano do E. Médio	32,0	44,0	38,0	20,0	28,0	18,0	22,0	24,0	10,0
E. Médio completo/técnico	10,0	12,0	4,0	46,0	26,0	52,0	44,0	38,0	50,0
Superior	2,0	4,0	4,0	8,0	12,0	8,0	4,0	8,0	6,0
Frequente escola	72,0	76,0	82,0	22,0	36,0	16,0	12,0	16,0	10,0
	28,0	24,0	18,0	78,0	64,0	84,0	88,0	84,0	90,0
Principal motivo pelo qual não frequenta							(*)	(*)	(*)
Concluiu 2º grau	28,6	50,0	33,3	33,3	19,4	45,2	27,3	9,5	29,5
Precisou trabalhar	0,0	0,0	11,1	10,3	3,2	7,1	13,6	9,5	22,7
Teve filho/engravidou	57,2	33,3	33,3	36,2	38,7	28,5	43,1	40,5	29,6
Não gosta/acha necessário estudar	0,0	16,6	11,1	5,1	3,1	11,9	4,5	16,7	4,5
Não teve dinheiro para continuar	0,0	0,0	0,0	5,1	22,6	7,1	13,6	26,2	11,4
Outro	14,3	0,0	11,1	10,3	12,9	0,0	9,0	19,1	11,4
Idade média em que parou de estudar	15,9	16,6	17,0	17,8	18,7	18,4	19,7	19,8	19,3
Tem planos de voltar estudar	92,3	75,0	88,9	73,5	83,9	71,8	76,7	72,5	68,9
Não frequenta escola por motivo de gravidez, filho ou casamento	57,2	33,3	33,3	38,8	41,9	28,5	47,6	40,5	36,4

* Correlação significativa com p-valor=0,05 ou menor. Valor V de Crammer para "Principal Motivo que não frequenta escola" entre 25 e 29 anos: 0,404

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pela autora.

Podemos perceber na tabela acima, que Teófilo Otoni, a despeito da maior precariedade em relação aos demais municípios, é o que apresenta os melhores índices educacionais, seja em relação à escolaridade máxima alcançada, seja em relação à frequência à escola.

Entre as que não estão frequentando escola, de uma maneira geral, nos três municípios, o principal motivo para não estarem estudando é ter concluído o Ensino Médio. Assim como já discutido anteriormente, nota-se que os constrangimentos econômicos, para além de outras vulnerabilidades, impedem as jovens de irem além

do ensino médio, o que reflete, obviamente, na trajetória profissional, como poderá ser visto na tabela 13, a seguir.

As mulheres mais jovens, de modo geral, são as que mais tem planos de voltar a estudar, e também declararam, em número considerável, não estar estudando por motivo de gravidez, filhos ou casamento. Isso nos remete, ao que foi encontrado em pesquisa realizada em Belo Horizonte, em que Chacham *et al* (2007), apontam que as jovens mais velhas, nem sequer planejam dar continuidade aos estudos, já que é remota a possibilidade de se ir além do Ensino Médio. Muitas das jovens mais velhas declararam não ver necessidade em estudar, não considerando os filhos ou o casamento então como um impedimento. É o que anteriormente chamamos de *choque de realidade*, em que as mulheres, ao perceberem a impossibilidade de darem continuidade aos estudos, não manifestam esses planos em seus discursos, já que de fato internalizaram o drama da colisão dos sonhos com a realidade e experiência real.

Tabela 13 - Trabalho doméstico e assalariado entre adolescentes e mulheres jovens, por grupos etários, moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2011.

Trabalho doméstico e assalariado	Betim (n=50)	Teófilo Otoni (n=50)	Varginha (n=50)	Betim (n=50)	Teófilo Otoni (n=50)	Varginha (n=50)	Betim (n=50)	Teófilo Otoni (n=50)	Varginha (n=50)
Faixa Etária	15-19 anos			20-24 anos			25-29 anos		
Cuida dos afazeres domésticos	94,0	96,0	82,0	90,0	96,0	94,0	96,0	98,0	96,0
	(*)	(*)	(*)						
Idade média ao primeiro emprego	15,4	15,7	14,9	16,9	16,3	16,3	18,1	16,4	15,6
Trabalho remunerado	48,1	65,0	61,3	44,4	48,8	57,4	55,1	47,7	58,3
Tem carteira assinada	66,7	14,3	50,0	62,5	60,0	68,8	75,0	84,6	92,3
Número de horas trabalhadas semanalmente	26,8	27,4	30,9	36,9	32,5	38,4	40,8	37,9	36,6
Remuneração média no emprego atual	288,1	299,3	407,6	576,4	413,9	563,6	684,6	545,0	614,2

*Correlação significativa com p-valor=0,05 ou menor. Valor V de Crammer para “Cuida dos afazeres domésticos” para a faixa etária de 15 a 19 anos: 0,213.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pela autora.

Em relação ao trabalho doméstico, não há grandes diferenças entre os grupos, embora as mais velhas tenham se declarado com mais frequência serem responsáveis pelo mesmo. Varginha é o município que concentra o maior número de mulheres exercendo alguma atividade remunerada, sendo que as mais novas majoram a porcentagem, bem como ocorre em Teófilo Otoni. Possivelmente, nestas cidades, as mais velhas participam menos do mercado de trabalho por já estarem casadas e serem mães. Já em Betim, as jovens de 25 a 29 anos são as que mais

exercem alguma atividade remunerada, o que pode estar relacionado à dinâmica metropolitana do local, com maior acesso não só a postos de trabalho, mas sobretudo à possibilidade de colocar os filhos em creches e escolas integrais.

Tabela 14 - Conjugalidade e reprodução entre adolescentes e mulheres jovens, por grupos etários, moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2011

Conjugalidade e Reprodução	Betim (n=50)	Teófilo Otoni (n=50)	Varginha (n=50)	Betim (n=50)	Teófilo Otoni (n=50)	Varginha (n=50)	Betim (n=50)	Teófilo Otoni (n=50)	Varginha (n=50)
Faixa Etária	15-19 anos			20-24 anos			25-29 anos		
Conjugalidade									
Solteira	88,8	94,0	94,0	46,0	62,0	58,0	38,0	34,0	28,0
Casada/unida	12,0	6,0	4,0	48,0	36,0	38,0	58,0	62,0	66,0
Separada/Viúva	0,0	0,0	2,0	6,0	2,0	4,0	4,0	2,0	6,0
Idade média na primeira união	14,3	14,0	16,7	17,9	17,7	18,2	19,6	19,9	19,2
Teve filho nascido vivo	20,0	12,0	12,0	52,0	48,0	34,0	68,0	74,0	72,0
Idade média no primeiro filho	15,6	16,56	16,5	18,7	18,4	18,2	20,7	20,2	19,2

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pela autora.

Quanto à trajetória conjugal e reprodutiva, como o esperado, as mais velhas são as que mais estão ou estiveram casadas e já tiveram algum filho nascido vivo. Betim é o município com o maior número de mulheres casadas, bem como tem também o maior número de maternidade na adolescência. Esses números vão à contramão do que fora inicialmente pressuposto neste trabalho. Ao encontrar maior número de maternidade antes dos 20 anos, e casamentos mais precoces, entre as jovens da região urbana metropolitana, passamos a inferir que, nestes locais é maior o peso das desigualdades e da segregação, já que a pesquisa foi realizada apenas entre jovens de baixa renda. Além disso, elementos que conformam trajetórias balizadas por valores mais tradicionais, acabam por retardar o início da vida sexual e logo, da gravidez/maternidade. Neste ponto Betim parece se “enquadrar” ao que anteriormente chamamos de modernidade truncada, quando há uma liberalização da conduta sem aumento da capacidade de controle contraceptivo (seja do ponto de vista psicológico, seja do familiar), e também pela ausência de acesso a bens e serviços.

A seguir apresentamos as tabelas controladas pelos municípios e divididas entre: mães antes do 19 anos, mães depois dos 19 anos e nunca foram mães. A primeira delas, tabela 8, apresenta as características socioeconômicas do

comportamento sexual e reprodutivo, e também contempla o grupo de jovens que nunca fizeram sexo.

Observa-se que a renda está fortemente associada com a probabilidade de engravidar antes dos 19 anos de idade, embora não tenha sido associada com o uso do preservativo, seja na primeira ou na última relação. Considerando-se apenas aquelas que tiveram relações sexuais e não engravidaram, e aquelas que nunca fizeram sexo, elas eram mais propensas a viver em famílias chefiadas pelo pai, em todos os três grupos.

A homogeneidade de cor dentro dos grupos pode explicar o fato de não se ter encontrado nenhuma correlação da cor e comportamento sexual e reprodutivo. Quanto à falta de correlação entre filiação religiosa e as práticas de comportamento sexual, os dados sugerem que há uma relação de pouco vínculo das entrevistadas com as igrejas. Em relação à educação, ao comparar as mulheres jovens que tiveram filhos (especialmente aqueles que tiveram filhos antes dos 19 anos de idade) com aquelas que nunca engravidaram, o primeiro grupo apresenta níveis mais baixos de escolaridade do que o segundo. As entrevistadas que tiveram filhos antes dos 19 anos tinham menos probabilidade de ter concluído o ensino médio fundamental, com menos de 9 anos de escolaridade em média. Há um pequeno número de mães que ainda frequentam escola, o que corrobora nossa hipótese de associação entre maternidade e trajetória escolar. Além disso, entre as que não estão estudando, as que não tem filho são as que tem mais planos de voltar à escola.

Tabela 15 - Características socioeconômicas do comportamento sexual e reprodutivo de adolescentes e mulheres jovens, de 15 a 29 anos, moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2011.

Características socioeconômicas e demográficas das jovens entrevistadas	Foi mãe até os 19 anos (n=116)			Foi mãe depois dos 19 anos (n=81)			Nunca foi mãe (n=149)			Nunca fez sexo (n=104)		
	Betim (n=39)	Teófilo Otoni (n=39)	Varginha (n=38)	Betim (n=32)	Teófilo Otoni (n=28)	Varginha (n=21)	Betim (n=46)	Teófilo Otoni (n=46)	Varginha (n=47)	Betim (n=33)	Teófilo Otoni (n=37)	Varginha (n=34)
Renda mensal	(*)	(*)	(*)				(*)	(*)	(*)			
Até 1 SM	23,1	48,7	7,9	18,8	21,4	19,0	4,3	17,4	5,3	15,2	16,2	2,9
De 1 a 2 SM	28,2	35,9	28,9	18,8	35,7	28,6	39,1	34,8	21,1	30,3	29,7	14,7
De 2 a 3 SM	20,5	7,7	44,7	34,4	32,1	19,0	23,9	26,1	22,8	30,3	32,4	38,2
De 3 SM ou mais	28,2	7,7	18,4	28,1	10,7	33,3	32,6	21,7	50,9	24,2	21,6	44,1
Chefe de Família												
Pai	17,9	15,4	13,2	9,4	17,9	14,3	43,5	43,5	42,1	48,5	51,4	70,6
Mãe	5,1	10,3	13,2	9,4	14,3	14,3	19,6	28,3	24,6	27,3	21,6	20,6
Marido	56,4	53,8	57,9	50,0	50,0	52,4	17,4	8,7	15,8	0,0	0,0	0,0
Entrevistada	15,4	12,8	10,5	25,0	14,3	19,0	6,5	4,3	3,5	0,0	2,7	0,0
Padrasto	0,0	0,0	5,3	3,1	0,0	0,0	2,2	0,0	1,8	3,0	2,7	5,9
Outro parente	5,1	7,7	0,0	3,1	3,6	0,0	10,9	15,2	12,3	21,2	21,6	2,9
Situação conjugal												
Separada/solteira	30,8	33,3	31,6	34,4	32,1	28,6	76,1	84,8	77,2	100,0	100,0	100,0
Casada/unida	69,2	66,7	68,4	64,6	67,9	71,4	23,9	15,2	22,8	0,0	0,0	0,0
Cor/raça				(*)	(*)	(*)				(*)	(*)	(*)
Branca	23,1	10,3	25,0	15,6	14,3	57,1	22,2	21,7	41,8	15,6	2,7	47,1
Preta	25,6	28,2	36,1	37,5	25,0	14,3	15,6	21,7	21,8	25,0	24,3	17,6
Parda	49,0	59,0	38,9	46,9	60,7	19,0	60,0	54,3	36,4	56,3	70,3	35,3
Amarela	2,6	-	0,0	0,0	-	4,8	2,2	-	0,0	3,1	-	0,0
Indígena	2,6	2,0	0,0	0,0	0,0	4,8	0,0	2,2	0,0	0,0	2,7	0,0
Religião				(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Católica	33,3	48,7	59,5	28,1	50,0	71,4	37,0	54,3	75,4	24,2	43,2	58,8
Protestante	48,7	30,8	29,7	40,6	46,4	19,0	43,5	37,0	21,1	57,6	45,9	38,2
Espírita/outra	0,0	0,0	5,4	6,3	3,8	0,0	0,0	2,2	1,8	0,0	8,1	0,0
Nenhuma	17,6	20,5	5,4	25,0	0,0	9,5	19,6	6,5	1,8	18,2	2,7	2,9
Escolaridade												
Até 5ª série	15,4	20,5	15,8	9,4	10,7	4,8	4,3	4,3	10,5	12,1	2,7	5,9
De 6ª à 9ª série	48,7	33,3	42,1	15,6	25,0	4,8	15,2	17,4	15,8	30,3	27,0	41,2
Do 1º ao 2º Ano	15,4	25,6	21,1	25,0	14,3	19,0	23,9	32,6	22,8	36,4	51,4	23,5
Médio/Técnico	20,5	15,4	21,1	46,9	42,9	66,7	45,7	32,6	43,9	18,2	13,5	17,6
Superior	0,0	5,1	0,0	3,1	7,1	4,8	10,9	13,0	7,0	3,0	5,4	11,8

Características socioeconômicas e demográficas das jovens entrevistadas	Foi mãe até os 19 anos (n=116)			Foi mãe depois dos 19 anos (n=81)			Nunca foi mãe (n=149)			Nunca fez sexo (n=104)		
	Betim (n=39)	Teófilo Otoni (n=39)	Varginha (n=38)	Betim (n=32)	Teófilo Otoni (n=28)	Varginha (n=21)	Betim (n=46)	Teófilo Otoni (n=46)	Varginha (n=47)	Betim (n=33)	Teófilo Otoni (n=37)	Varginha (n=34)
Está na escola	10,3	15,4	13,2	12,5	10,7	9,5	43,5	50,0	36,8	75,8	86,5	76,5
Porque parou de estudar?												
Se formou												
Para trabalhar	13,3	3,6	10,7	18,5	20,0	44,4	34,5	25,8	43,2	40,0	50,0	45,5
Engravidou/filhos	3,3	10,7	14,3	11,1	8,0	16,7	17,2	16,1	8,1	10,0	0,0	9,1
Não gostava	56,7	25,0	42,9	22,2	32,0	5,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Difícil acesso	16,7	28,6	14,3	18,5	8,0	16,7	13,8	9,7	21,6	10,0	0,0	18,2
Outros	0,0	10,7	0,0	18,5	20,0	11,1	10,3	25,8	10,8	0,0	25,0	18,2
	10,0	21,4	17,6	11,1	12,0	5,6	24,1	22,6	16,2	40,0	25,0	9,1
Planeja voltar a estudar	75,8	71,9	68,8	76,9	62,5	68,4	76,9	95,5	73,5	100,0	100,0	87,5

(*)Correlação significativa com p-valor=0,05 ou menor.

Valor V de Crammer para Renda entre as que foram mãe até 19 anos: 0,351

Valor V de Crammer para Renda entre as que nunca foram mães: 0,225

Valor V de Crammer para Cor/Raça entre as que foram mães depois dos 19 anos: 0,383

Valor V de Crammer para Cor/Raça entre as que nunca fizeram sexo: 0,352

Valor V de Crammer para Religião entre as que foram mães após os 19 anos: 0,355

Valor V de Crammer para Religião entre as que nunca foram mães: 0,286

Valor V de Crammer para Religião entre as que nunca fizeram sexo: 0,298

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pela autora.

Na tabela 16 (abaixo), observa-se que as jovens que não tiveram filho, são as que mais exercem atividade remunerada, indicado então que a maternidade é de fato um impedimento à inserção laboral da jovem, sobretudo entre aquelas que tiveram filho ainda na adolescência. Podemos inferir que o nascimento de um filho, sobretudo ainda na adolescência, acaba por demarcar uma inserção laboral mais precária, não só porque são essas jovens as que tem os piores indicadores educacionais, mas também porque elas, não raro, se sobrepõem sozinhas à atividade laboral e de cuidado com os filhos. Essa dupla jornada, como discutido anteriormente, pode implicar, muito claramente, em barreiras à estabilidade e permanência no mercado de trabalho. Contudo, apesar da aparente precariedade da inserção ocupacional dessas jovens, vimos que o auxílio financeiro das mesmas dentro dos domicílios, não é contingente, já que a maioria delas é responsável por mais da metade das despesas familiares.

Tabela 16 - Comportamento sexual e reprodutivo segundo as características da atividade remunerada exercida pelas adolescentes e mulheres jovens moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/Minas Gerais. 2011

Características da atividade remunerada exercida pelas entrevistadas	Foi mãe até os 19 anos (n=116)			Foi mãe depois dos 19 anos (n=81)			Nunca foi mãe (n=149)		
	Betim (n=39)	Teófilo Otoni (n=39)	Varginha (n=38)	Betim (n=32)	Teófilo Otoni (n=28)	Varginha (n=21)	Betim (n=46)	Teófilo Otoni (n=46)	Varginha (n=57)
Exerce trabalho remunerado	34,4	38,2	51,5	51,6	45,8	55,0	52,5	60,6	58,1
Idade média ao primeiro emprego	16,7	17,3	17,6	15,7	15,1	17,1	14,8	17,4	15,3
Renda média mensal (em reais)	512,14	604,95	723,83	384,41	474,19	463,35	418,89	555,44	590,54
Média SEMANAL de horas de trabalho	36,7	39,4	35,4	31,4	34,9	34,6	35,4	38,4	34,8
Tem carteira assinada	63,6	75,0	80,0	75,0	57,1	100,0	69,2	50,0	69,6
Quem controla a renda									
A entrevistada	76,2	93,3	80,8	90,5	100,0	81,3	88,9	90,5	89,5
Conjunto com o parceiro	23,8	0,0	19,2	9,5	-	18,8	5,6	0,0	5,3
Outro parente	-	6,7	-	-	-	-	5,6	9,5	5,3
Que parte dos gastos da casa é paga com a renda da entrevistada									
Nada	14,3	33,3	26,9	4,8	6,3	12,5	21,1	33,3	26,3
Menos da metade	14,3	13,3	19,2	42,9	31,3	18,8	31,6	38,1	34,2
A metade	19,0	6,7	11,5	19,0	37,5	31,3	42,1	9,5	21,1
Mais que a metade	14,3	26,7	19,2	19,2	18,8	0,0	5,3	14,3	7,9
Tudo	38,1	20,0	23,1	14,3	6,3	37,5	0,0	4,8	10,5

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pela autora.

Na tabela 17 pode-se perceber que o trabalho doméstico, a despeito da considerável inserção das mulheres no mercado de trabalho, é de fato a elas relegado.

Tabela 17 - Trabalho doméstico não remunerado entre adolescentes e mulheres jovens, de 15 a 29 anos, moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha/ Minas Gerais. 2011.

Trabalho doméstico não remunerado	Foi mãe até os 19 anos (n=116)			Foi mãe depois dos 19 anos (n=81)			Nunca foi mãe (n=149)		
	Betim (n=39)	Teófilo Otoni (n=39)	Varginha (n=38)	Betim (n=32)	Teófilo Otoni (n=28)	Varginha (n=21)	Betim (n=46)	Teófilo Otoni (n=46)	Varginha (n=57)
Cuida de afazeres domésticos	94,9	100,0	97,4	100,0	100,0	100,0	87,0	93,5	89,5
Horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico	24,6	26,7	16,8	30,5	32,7	15,8	25,0	22,7	11,5
Quem limpa e arruma a casa									
Entrevistada	76,9	79,5	73,7	78,1	75,0	76,2	41,3	52,2	42,1
Mãe da entrevistada	7,7	5,1	10,5	9,4	3,6	9,5	13,0	32,6	28,1
Irmã/Mulheres da família	10,2	7,7	5,3	9,4	10,7	4,8	26,1	8,7	17,6
Cada um faz a sua parte	-	2,6	2,6	-	-	4,8	13,0	-	3,5
Outra resposta	5,2	5,1	7,9	3,1	10,7	4,7	6,6	6,5	8,7
Quem prepara os alimentos/cozinha									
Entrevistada	74,4	79,5	65,8	71,9	60,7	71,4	34,8	30,4	28,6
Mãe da entrevistada	10,3	7,7	13,2	15,6	21,4	14,3	28,3	54,3	42,9
Irmã/Mulheres da família	12,8	7,7	5,2	9,4	7,2	4,8	19,6	8,7	14,3
Cada um faz a sua parte	-	-	2,6	-	-	-	6,5	-	3,6
Outra resposta	2,5	5,1	13,2	3,1	10,7	9,5	10,8	6,6	10,6
Quem lava louça									
Entrevistada	66,7	71,8	71,1	75,0	57,1	66,7	50,0	43,5	42,1
Mãe da entrevistada	7,7	12,8	10,5	12,5	21,4	14,3	17,4	28,3	22,8
Irmã/Mulheres da família	15,4	2,6	7,9	6,2	7,2	4,8	21,7	19,5	15,8
Cada um faz a sua parte	5,1	10,3	5,2	3,1	10,7	-	4,3	4,3	8,8
Outra resposta	5,1	2,5	5,3	3,2	3,6	14,2	6,6	4,4	10,5
Quem lava e passa a roupa									
Entrevistada	69,2	76,9	68,4	75,0	60,7	81,0	34,8	30,4	29,8
Mãe da entrevistada	12,8	7,7	13,2	15,6	17,9	14,3	28,3	32,6	38,6
Irmã/Mulheres da família	10,3	10,3	10,5	3,1	7,2	4,8	19,8	23,9	8,8
Cada um faz a sua parte	2,6	2,6	2,6	6,3	7,1	-	8,7	4,3	10,5
Outra resposta	5,2	2,6	5,3	-	7,2	-	8,7	8,7	12,3
Quem compra comida/faz supermercado									
Entrevistada	41,1	46,2	31,6	43,8	42,9	61,9	15,2	13,0	19,3
Companheiro	17,9	15,4	23,7	15,6	10,7	14,3	2,2	4,3	3,5
Mãe da entrevistada	20,5	12,8	15,8	15,6	14,3	9,5	30,4	43,5	28,1
Pai da entrevistada	-	2,6	10,5	3,1	7,1	9,5	19,6	19,6	21,1
Irmã/Mulheres da família	7,7	2,6	-	6,3	14,2	-	8,7	4,4	5,3
Cada um faz a sua parte	2,6	5,1	5,3	12,5	10,7	4,8	6,5	-	7,0
Outra resposta	10,2	15,3	13,1	3,1	0,1	-	17,4	15,2	15,7

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pela autora.

Neste ponto, voltamos a elucidar os contrastes da desigualdade de gênero que ainda fortemente assolam a realidade dessas mulheres. Mesmo estando cada vez mais contribuindo no pagamento das despesas do domicílio, permanece, do ponto de vista normativo, a polarização classicamente dual de papéis femininos (maternidade e demais cuidados domésticos) e masculinos (trabalho provedor). As

mães são as que mais tempo dedicam às tarefas domésticas, até porque, como vimos, o nascimento de um filho aparece como um imperativo ao casamento, e, no papel de esposa (quando não mais as tarefas são divididas com as mães ou irmãs), as jovens assumem quase todas as tarefas domésticas. A participação masculina no trabalho doméstico aparece somente nas compras de supermercado, que não só se caracteriza como uma tarefa extra domiciliar, mas também a que envolve controle dos gastos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação procurou analisar os efeitos da maternidade antes dos 20 anos de idade, na inserção educacional e laboral de jovens de baixa renda, moradoras de Betim, Teófilo Otoni e Varginha. Partiu-se do princípio de que ter um filho ainda na adolescência afeta a trajetória escolar e a inserção no mercado de trabalho das jovens mães, que podem vir a ter trajetórias de escola e trabalho mais precárias, erráticas e intermitentes. Além disso, também pressupomos que o local de moradia e a sua dinâmica interferem no comportamento sexual e reprodutivo das jovens, sobretudo quando associado às relações de gênero e à estrutura de oportunidades inerentes ao seu município de residência.

Acreditamos que a estrutura da dissertação tenha possibilitado desenvolver e refletir sobre os objetivos perseguidos neste estudo. Consideramos que a utilização do banco de dados da pesquisa *Projetos e Trajetórias Reprodutivas, Escolares e Profissionais de Mulheres entre 15 a 29 anos de idade em Minas Gerais: o papel da maternidade na adolescência*, mesmo sendo não amostral, tenha possibilitado uma aproximação do assunto abordado. Os resultados apontados não se referem a qualquer tentativa de generalização, mas ainda assim nos parecem apropriados para a compreensão de diferenças e associações entre os grupos estudados, seja pelo recorte etário, pelo município de residência ou status da maternidade.

Corroboramos a hipótese de que a maternidade na adolescência tem efeitos sobre a trajetória escolar e laboral das jovens, ainda que o local de moradia não tenha mostrado fortes influência, como fora inicialmente pensado. Acreditamos que ao pesquisar somente mulheres de baixa renda, a predominância dos constrangimentos econômicos tenha se sobreposto aos demais fatores, embora o assunto mereça ser mais investigado. Para tanto, a mesma pesquisa supracitada, conta com um banco de dados qualitativo, de grupos focais e entrevistas em profundidade, realizados contemporaneamente à sondagem quantitativa, e que será posteriormente trabalhado, com fim de melhor responder às questões levantadas por este estudo.

Conforme o que foi discutido anteriormente, a maternidade na adolescência é um fenômeno com repercussões significativas para o indivíduo e para a sociedade. Para a adolescente, o nascimento de um filho pode marcar e alterar toda a sua vida. Este é um fenômeno complexo, associado a um grande número de fatores, como os

econômicos, educacionais e comportamentais, e que pode acarretar desvantagens ainda maiores na trajetória de vida de jovens de baixa renda.

Como se pôde observar, a maternidade na adolescência tem forte associação com baixos níveis educacionais e um impacto negativo no potencial de ascensão profissional e logo, econômica, da jovem. Entre mulheres de baixa renda, sendo programado ou não, o nascimento de um filho afeta a trajetória de vida da jovem mãe de maneira mais danosa e permanente, reduzindo suas chances de completar sua escolaridade, até mesmo de terminar o ensino médio. Não se trata de estigmatizar a maternidade na adolescência, mas de reconhecer que há consequências negativas para as jovens que vivem em ambientes com múltiplas vulnerabilidades sociais que se realimentam.

Os resultados obtidos também sugerem que, na elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas para as necessidades de adolescentes e jovens, é fundamental aumentar o acesso de mulheres de classes populares a melhores oportunidades educacionais e profissionais, além de garantir acesso à informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva antes da ocorrência da gravidez, e logo, da maternidade. Também é imperativo garantir que adolescentes e jovens que passaram por essa experiência, tenham a oportunidade de retomar os estudos e receber treinamento profissional, além de acesso à creche, e outros serviços de desfamiliarização dos cuidados com as crianças. Com relação à escola, é preciso implementar programas que discutam a desigualdade de gênero na família e nas relações afetivas, e seu impacto sobre a vida das mulheres.

Como a educação média não é capaz de preparar a jovem para alcançar posições mais qualificadas no mercado de trabalho, programas sociais devem atuar no sentido de incrementar suas oportunidades de um melhor futuro profissional por meio de capacitações que não reproduzam os papéis tradicionais de gênero – cozinheiras, faxineiras, babás, cabeleireiras, cuidadoras – mas ampliem para atividades diversas. Nesse sentido, a questão da divisão sexual do trabalho é fundamental ao se pensar as raízes da desigualdade e da pobreza, e é um aspecto chave que precisa ser salientado para se tentar viabilizar políticas públicas que construam instrumentos de proteção às mulheres, considerando a diferenciação social decorrente da desigualdade de gênero e do tipo de inserção no mercado ocupacional, sobretudo entre as mulheres que precisam conciliar trabalho doméstico, trabalho assalariado e maternidade.

A ausência de políticas públicas focadas nestas especificidades aponta para uma total falta de compreensão da realidade dessas mulheres, bem como do impacto das rápidas mudanças econômicas e das precárias condições de trabalho sobre a vida das mesmas. Neste sentido, é urgente pensar novas políticas que tornem possível às adolescentes e jovens de classes populares acessar o ensino superior ou técnico, de forma que um treinamento profissional adequado contribua para sua incorporação no mercado de trabalho qualificado, com melhores perspectivas de remuneração e de carreira profissional.

Esperamos que o presente estudo possa fornecer subsídios importantes para o estabelecimento de estratégias específicas e políticas públicas preventivas, visando a redução da vulnerabilidade social e de gênero. O primeiro passo começa na valoração do que está esquecido ou escondido socialmente, o fato de que as mulheres, a despeito de estarem cada vez mais envolvidas no mercado de trabalho, continuam sendo vítimas da desigualdade de gênero, sobretudo na esfera mais íntima, aquela que começa e termina no interior de suas casas. Trabalhos dessa natureza podem extrair informações valiosas para a efetivação dos direitos humanos no Brasil, em especial para as parcelas mais vulneráveis da população, que ainda não conseguiram, na prática, aquilo que ainda está apenas institucionalizado na forma de leis (RIOS NETO; MARTINE; ALVES, 2009).

Neste contexto podemos perceber que é de fundamental importância que as políticas públicas adotem uma perspectiva que leve em consideração as questões das desigualdades social e de gênero em suas ações e que desenvolvam uma agenda mais ampla, de atenção à diversidade, voltada para as mulheres. É preciso se dirigir no sentido da luta por justiça social, levar em conta as desigualdades, buscando construir um novo imaginário social e se preocupando em superar preconceitos e discriminações. O enfrentamento desse cenário demanda políticas públicas intersetoriais, multifacetadas e transversais, que tenham como princípio norteador a dimensão de gênero, pois tais políticas não podem ficar restritas ao mercado de trabalho, precisam alcançar também as condições de organização do núcleo familiar.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G.; SILVA, Lorena B. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- ANDRADE, Carla. Juventude e Trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. **Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**. Nº37, p.25-30, nov. 2008. Disponível em:
<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA72BFE670D28/bmt_37.pdf>
- AQUINO, Estela et al. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. In: **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: v. 19, n.8, out. 2003.
- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora: FAPERJ, 2005.
- BARBIERI, Teresita de. **Sobre a categoria de gênero: uma introdução teórico-metodológica**. Tradução de Antonia Lewinsky. Recife: SOS Corpo, 1993.
- BASSI, Camillo. **Exposição à maternidade precoce e estratos sociais das adolescentes brasileiras: justificativas via determinantes próximos das taxas de fecundidade**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: 2008.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Rio de Janeiro: STN, 2003.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. Brasília: STN, 2000.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. Brasília: STN, 2000.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Registros administrativos. Brasília: STN, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança. Brasília: STN, 2009.
- BRASIL. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher. Brasília: STN, 2009.
- BRASIL. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos. Brasília: STN, 2009.
- BRUMER, Anita. O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.3, n.8, out. 1988.

CARVALHO, José Alberto; BRITO, Fausto. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v.22, n.2, p. 351-369. jul./dez. 2005.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 8ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni. Síndrome de Juno: gravidez, juventude e políticas públicas. In: CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Texto para discussão. IPEA, 2008.

CHACHAM, Alessandra et al. Autonomy and susceptibility to HIV/AIDS among young women living in a slum in Belo Horizonte, Brazil. **AIDS Care**. Belo Horizonte, v.19, n.12, 2007.

CHALEM, Elisa et al. Gravidez na adolescência: perfil sociodemográfico e comportamental de uma população da periferia de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n.1, jan. 2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Juventude: diversidades e desafios no mercado de trabalho metropolitano**. São Paulo: DIEESE, 2005. (Estudos e Pesquisas, n. 11).

GOLDANI, Ana Maria. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 1, p. 29-48, 2002.

GOUVEA, Taciana; CAMURÇA, Silvia. **O que é gênero?** Recife: SOS Corpo, 1997.

HEILBORN, Maria Luiza. Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis. In: HEILBORN, Maria Luiza. et al (Org.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

HEILBORN, Maria Luiza. CABRAL, Cristiane. BOZON, Michel. Valores sobre sexualidade e elenco de práticas: tensões entre modernização diferencial e lógicas tradicionais. In: HEILBORN, Maria Luiza. et al (Org.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

HIRATA, Helena. Apresentação à edição brasileira. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. Tradução de Clevi Rapkiewicz. São Paulo: SENAC, 2003.

KASSOUF, Ana Lúcia. **O Brasil e o trabalho infantil no início do século 21**. Brasília: OIT, 2004.

KNAUTH, Daniela et al. As trajetórias afetivo-sexuais: encontros, uniões e separação. In: HEILBORN, Maria Luiza et al. (Org.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

LACERDA, Marisa; DIAZ, Mario. **Fatores associados à necessidade insatisfeita por contracepção no Peru e Bolívia**. Minas Gerais: Anais XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008.

LAMAS, Marta. Usos, dificultades y posibilidades de la categoría género. **Papeles de población**. México: Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal, 1999.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan. **Estatística para ciências humanas**. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

MAIA, Mônica. Gênero: um conceito em movimento. In: MAYORGA, Cláudia; PRADO, Marco Aurélio. **Psicologia social: articulando saberes e fazeres**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MATOS, Marlise. A democracia não deveria parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

MELLO, Juliana; CAMARANO, Ana Amélia. **Transição para a vida adulta: os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu - MG – Brasil, de 18 - 22 de Set. 2006.

MONTALI, Lilian. Família e Trabalho na Reestruturação Produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.15, n.42, p. 55-71, 2000a.

MONTALI, Lilian. **Mudanças Recentes na relação Família-Trabalho**. São Paulo: NEPO/UNICAMP, 2000b.

RIOS NETO, Eduardo; MARTINE, George; ALVES, José Eustáquio. **Oportunidades perdidas e desafios críticos: a dinâmica demográfica brasileira e as políticas públicas**. Belo Horizonte: ABEP, 2009.

OLIVEIRA, Zuleica. A provisão da família: redefinição ou manutenção de papéis? In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre: ano 1, n.1, p.11-36, 1995.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo. In: RUBIN, Gayle. **Nueva Antropología**, vol. VIII, N.30. México, 1975.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

SILVA, Maurício. Trama doce-amarga: (exploração do) trabalho infantil e cultura lúdica. São Paulo: Hucitec, 2003.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. **Políticas Públicas e a Articulação entre Trabalho e Família: comparações inter-regionais**. Rio de Janeiro: Interseções, 2007.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe batalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VENTURA, Miriam. Sexualidade e reprodução na adolescência: uma questão de direitos. In: ADORNO, Rubens; ALVARENGA, Augusta; VASCONCELLOS, Maria da Penha. **Jovens, trajetórias masculinidades e direitos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

VIGNOLI, Jorge Rodríguez. **Reproducción en la adolescencia en América Latina y el Caribe**: uma anomalia a escala mundial? Trabajo presentado en el III Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, ALAP, realizado em Córdoba – Argentina, del 24 al 26 de Septiembre de 2008.